

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

BRUNA LUÍZA MALLMANN

OS DESDOBRAMENTOS DA MEMÓRIA:
SEPÉ TIARAJU E O IMAGINÁRIO MISSIONEIRO

CHAPECÓ

2023

BRUNA LUÍZA MALLMANN

**OS DESDOBRAMENTOS DA MEMÓRIA:
SEPÉ TIARAJU E O IMAGINÁRIO MISSIONEIRO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Mallmann Schneiders

**CHAPECÓ
2023**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mallmann, Bruna Luíza

Os desdobramentos da memória: Sepé Tiaraju e o imaginário missioneiro: Sepé Tiaraju e o imaginário missioneiro / Bruna Luíza Mallmann. -- 2023.

88 f.

Orientadora: Doutora Caroline Mallmann Schneiders

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Chapecó, SC, 2023.

1. Memória. 2. Sepé Tiaraju. 3. Discurso. I. Schneiders, Caroline Mallmann, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

BRUNA LUÍZA MALLMANN

**OS DESDOBRAMENTOS DA MEMÓRIA:
SEPÉ TIARAJU E O IMAGINÁRIO MISSIONEIRO**


Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Esta dissertação foi defendida e aprovada pela banca em: 07/12/2023


BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Caroline Mallmann Schneiders - UFFS
Presidente da banca/orientadora



Prof.ª Dra. Maria Cleci Venturini - UNICENTRO
Membro titular externo

 Documento assinado eletronicamente
MARILENE APARECIDA LEMOS
Data: 08/12/2023 08:43:29-0300
href=mailto:marilene@uffs.br

Prof.ª Dra. Marilene Aparecida Lemos - UFFS
Membro titular interno

Prof. Dr. Valdir Prigol - UFFS
Membro suplente

Aos meus pais, Adélis e Vanderlei.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo amor incondicional, minha mais profunda gratidão por todos os sacrifícios que vocês enfrentaram ao longo dos anos para me proporcionar sempre o melhor. Essa conquista não é apenas minha, é nossa.

Durante os longos dias e noites de pesquisa, minhas filhas de quatro patas, Ave Betina e Aisha Bethânia, estiveram ao meu lado, trazendo amor, alegria e lambeijos à minha insólita vida. Seria um erro sem precedentes não mencionar o quão significativa é a companhia que mantém meu coração e os meus pés sempre aquecidos.

Minha gratidão à querida **Dr.^a Caroline Mallmann Schneiders** pela paciência, sabedoria, orientação e amizade ao longo de todo o processo de pesquisa. Nada disso teria sido possível sem você. Eu fui uma semente no meio das pedras que você, com todo cuidado, cultivou. Obrigada por acreditar em mim.

Agradeço à **Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**, minha segunda casa ao longo de toda a minha jornada acadêmica. Não consigo expressar em palavras o quanto sou agradecida à Universidade Pública por tornar os meus sonhos viáveis.

À **Fundação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** por fornecer os recursos necessários para a realização desta pesquisa. Sem o financiamento concedido, este trabalho não teria sido possível.

Estendo meus agradecimentos aos membros da banca examinadora, **Prof.^a Dr.^a Maria Cleci Venturini** e a **Prof.^a Dr.^a Marilene Aparecida Lemos**, pela prontidão com que aceitaram avaliar este trabalho. Suas observações e sugestões se fizeram de grande valia e enriqueceram minha escrita.

Eu certamente esqueceria algum nome se resolvesse citar um por um, mas não posso deixar de expressar o quanto eu admiro todos aqueles professores pelos quais passei, desde os primeiros anos escolares até a pós-graduação. Cada um, à sua maneira, deixou um pouco de si em mim. Estejam certos de que eu sou grata por ter passado por cada um de vocês.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que de algum modo estiveram ao meu lado nessa jornada.

Como todo amor, Bruna.

Eram armas de Castela,
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham,
Dizendo, por nosso bem;
Mas quem faz gemer a terra
Em nome da paz não vem!

(LOPES NETO, João Simões. **O lunar de Sepé**. 1988, p.110 - 113)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como referencial teórico e metodológico a Análise de Discurso (AD) materialista, a qual considera a língua em seu funcionamento histórico e ideológico. A partir dessa envergadura teórico-metodológica, lançamos nosso olhar sobre monumentos que se singularizam no espaço urbano da região das Missões do Rio Grande Sul, enquanto representações do indígena Sepé Tiaraju. Sepé esteve à frente da resistência jesuítica-guarani na luta contra os exércitos espanhóis e portugueses que exigiam a expulsão dos indígenas dos Sete Povos das Missões, o que culminou com a Guerra Guaranítica entre 1753 e 1756. Para tanto, a nossa questão de pesquisa visa compreender os efeitos de sentido em torno desses monumentos que rememoram/comemoram Sepé Tiaraju no espaço urbano, tendo em vista que o monumento, enquanto prática social de determinados grupos, também se constitui e é afetado pelo funcionamento do político e do ideológico. Desse modo, além de explicitar os sentidos (re)produzidos pelos monumentos, os já-ditos, nos coube, ainda, colocar à luz o funcionamento do interdiscurso a partir das posições que o sujeito assume/sustenta discursivamente, levando em conta as condições sócio-históricas de sua produção. O recorte dado ao monumento, nesta pesquisa, abriu espaço para a reflexão sobre o funcionamento da memória, a construção de narrativas e identidades que vinculam a figura de Sepé Tiaraju ao imaginário missioneiro. Por fim, a partir das análises empreendidas, compreendemos como esses monumentos que rememoram/comemoram Sepé se discursivizam no espaço urbano, produzindo efeitos que se dão na e pela língua.

Palavras-chave: Sepé Tiaraju; discurso; memória; rememoração; comemoração.

ABSTRACT

This Master's thesis draws on the theoretical and methodological framework of Materialist Discourse Analysis, which explores language's ideological functioning. Using the theoretical and methodological scope, we examine monuments that stand out in the urban space of the Missões region of Rio Grande do Sul as representations of the indigenous leader Sepé Tiaraju. Sepé led the Jesuit-Guarani resistance against the Spanish and Portuguese armies that demanded the expulsion of the indigenous people from the Sete Povos das Missões. This ultimately resulted in the Guerra Guaranítica between 1753 and 1756. Our research objective was to comprehend the meaning generated by Sepé Tiaraju monuments in urban spaces, as these monuments are socially constructed and affected by political and ideological factors. We aimed to explore the effects of these monuments on the surrounding community and their cultural significance. It means, our task was to clarify the meanings expressed by the monuments and shed light on the functioning of interdiscourse, based on the positions that subject assume and sustain discursively, considering the socio-historical conditions of their production. The focus given to the monument in this research has opened up space for reflection on the functioning of memory, the construction of narratives and identities that link the figure of Sepé Tiaraju to the missionary imaginary. Finally, based on the analyses carried out, we understand how these monuments that remember/commemorate Sepé are discursivized in the urban space, producing effects that occur in and through language.

Keywords: Sepé Tiaraju; discourse; memory; remembrance; commemoration.

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
BR	Brasil
FD	Formação Discursiva
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
RS	Rio Grande do Sul
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1	PARA EFEITOS INTRODUTÓRIOS	11
1.1	CONTEXTO HISTÓRICO: OS SETE POVOS DAS MISSÕES	15
1.2	SEPÉ TIARAJU, “O LÍDER GUARANI”	19
2	NAS TESSITURAS DO DISCURSO: A ABORDAGEM TEÓRICA	24
2.1	A MEMÓRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS	28
2.2	LUGARES DE MEMÓRIA E OS DISCURSOS DE REMEMORAÇÃO E COMEMORAÇÃO	33
3	(DES) CONTRUINDO O OBJETO: O APORTE METODOLÓGICO	38
3.1	GESTOS DE LEITURA: AS REPRESENTAÇÕES DE SEPÉ TIARAJU PELO/NO MONUMENTO	42
3.2	ENTRE A CRUZ E A ESPADA	46
3.3	“ESTA TERRA TEM DONO”	53
3.4	“CO YVY OGUERECO YARA”	59
4	PARA EFEITOS DE FECHAMENTO	63
	REFERÊNCIAS	67
	ANEXO A – Poema “Sepé Tiaraju” de Alci José de Vargas Cheuiche	74
	ANEXO B – Espetáculo Som e Luz no Sítio Arquelógico de São Miguel das Missões	76
	ANEXO C – Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo	77
	ANEXO D – Mapa dos Sete Povos das Missões	78
	ANEXO E – Painel da Epopéia do Rio Grande do Sul com a representaçãode Sepé e a inscrição “Está Terra Tem Dono”	79
	ANEXO F – Festa religiosa em São Gabriel (RS) em homenagem a Sepé Tiaraju	80
	ANEXO G – Poema “O lunar de Sepé” de Simões Lopes Neto	81
	ANEXO H – Placa em São Gabriel que demarca o lugar da morte de Sepé Tiaraju	84
	ANEXO I – Monumento em homenagem a Sepé, em São Gabriel (RS)	85
	ANEXO J – Monumento vandalizado em São Gabriel (RS)	86
	ANEXO K – Cruz indica batalha de Caiboaté em São Gabriel, RS	87

1 PARA EFEITOS INTRODUTÓRIOS

A constituição do território brasileiro tem sua base em torno da miscigenação cultural e linguística de diferentes grupos étnicos. A influência desses diferentes grupos na constituição de espaços é motivo de inquietação e de estudos também no campo da linguagem, uma vez que tais estudos permitem refletir sobre a constituição de sujeitos, espaços e sentidos.

Ainda na época da graduação em Letras, na Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo, a temática missioneira foi ganhando espaço em discussões de um grupo de pesquisa sobre a Análise de Discurso formado por bolsistas e voluntários coordenados pela Professora Dra. Caroline Mallmann Schneiders. Movidas, em princípio, pela curiosidade da história local, que nos toca de maneira especial enquanto rebentos das Missões, gradualmente fomos despertando. O resultado dessa jornada iniciada há alguns anos, agora materializa-se nesta dissertação de mestrado que tem como objetivo compreender como os monumentos constituem efeitos de sentidos na rememoração/comemoração de Sepé Tiaraju no espaço urbano, tal que o monumento, enquanto materialidade simbólica, retoma e atualiza sentidos sobre Sepé Tiaraju e as Missões.

As transformações sociais ao longo do tempo são inevitáveis para qualquer cultura, todavia, para Liebgott e Bonin (2010, online) “afirmar que as culturas se transformam, não é o mesmo que dizer que isso ocorre da mesma maneira em todos os cantos do mundo e para todos os sujeitos”, as transformações são também resultado de relações de poder e jogos de força que, em muitos casos, resultam na submissão de alguns grupos ao estilo de vida ou aos padrões de outros. Nesse sentido, os monumentos que homenageiam Sepé Tiaraju, nas Missões, são significativos para a história do povo guarani e das Missões, pois Sepé, juntamente com outros tantos líderes, traz à memória os acontecimentos de mais de 250 anos, que marcam um processo de luta e resistência indígena diante das terras ocupadas por espanhóis e portugueses em uma disputa expansionista de suas colônias.

Atualmente Sepé Tiaraju é reconhecido pelos gaúchos como herói; sua luta e sua bravura na defesa da terra, representando o ideal missioneiro. Seu nome consta no **Livro dos Heróis da Pátria** ao lado de personalidades, como Zumbi dos Palmares, Machado de Assis e Chico Mendes. E, embora tenhamos mobilizado, em nossa pesquisa apenas alguns monumentos sobre/de Sepé Tiaraju, não podemos deixar de

mencionar que a sua “presença” no mobiliário urbano se vê em nomes de cidades, ruas, escolas, na literatura regional, em canções, e representações artísticas. De modo que é possível falar em laços identitários do missioneiro que se definem e se significam em relação ao passado. Sepé transcende a história, a partir dele se instauram narrativas que reforçam o seu funcionamento mitológico dentro do espaço missioneiro como um modelo a ser seguido.

O nome de Sepé Tiaraju (doravante Sepé) movimenta os sentidos sobre a história e a memória missioneira, (re) constrói narrativas sobre o passado ao mesmo tempo em que regulariza os discursos em circulação no espaço urbano, criando o efeito de verdade. Ao passo que, outros discursos, contra hegemônicos, perdem o direito da palavra e são silenciados por questões mais amplas que atravessam o campo discursivo como as condições sócio-históricas de produção.

Do mesmo modo que Venturini (2008), tomamos a rememoração/comemoração como uma prática discursiva em relação ao imaginário urbano. A rememoração é o discurso que sustenta a memória e possibilita a comemoração e a constituição do objeto desse discurso como memória histórica. Os feitos atribuídos a Sepé, repetidos ao longo de gerações e materializados pelos monumentos, ajudam a organizar e estabilizar determinada memória.

Ao longo de nosso percurso de pesquisa, criamos um arquivo composto por diferentes materialidades que rememoram/comemoram Sepé no espaço urbano como estátuas, pórticos, representações artísticas e culturais, etc. Não obstante, para este trabalho, selecionamos, sobretudo, monumentos que rememoram/comemoram Sepé Tiaraju no espaço urbano. Esses monumentos se singularizam em nossa pesquisa à medida que são tomados como materialidades significantes que nos permitem produzir gestos de leitura, os quais avançamos de acordo com o recorte que nos interessa enquanto modalidade de análise.

Os monumentos funcionam como “lugar de memória” que organiza a repetição e as lembranças do passado. Ao se constituírem como lugares de memória, as instituições têm o poder de controlar as narrativas do passado e do presente *sobre* o monumento. Como lugar de memória, o discurso *sobre* organiza também os esquecimentos, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, apagado (VENTURINI, 2008). Quando recortamos nosso objeto, entendemos que o discurso de rememoração sobre Sepé sustenta-se por meio de lugares/espacos que legitimam certas memórias e não outras. Portanto, nosso objetivo é o de compreender como

esses monumentos que rememoram/comemoram Sepé se discursivizam no espaço urbano, produzindo efeitos que se dão na e pela língua.

Consideramos o monumento enquanto memória de arquivo ou memória institucional, aquela que não esquece, que se sustenta como documento ao estabilizar os sentidos, já a memória discursiva tem a ver com a constituição dos sentidos e, assim, quando nos colocamos na posição de ler o arquivo, não podemos desconsiderar as especificidades da seleção e organização de quem também é responsável por compor o arquivo. Nesse sentido, Fedatto (2011), ao retomar Pêcheux (2015), diz que face a um texto que surge como acontecimento a ler a questão seria antes de tudo compreender como funcionam os implícitos e não simplesmente saber quais são eles.

O aporte teórico e metodológico para essa pesquisa é ancorado pelo dispositivo da Análise de Discurso (AD) de viés materialista em que se teoriza e questiona objetos simbólicos que produzem efeitos de sentidos em sua relação com o político, o simbólico e o ideológico, inscrevendo a língua na história para que ela signifique (ORLANDI, 2012). De acordo com Orlandi (2005), a AD é uma disciplina que ensina a ler sob a superfície opaca e ambígua do texto, um dispositivo que permite analisar o político, sendo um campo sempre aberto a novas interpretações e gestos de leitura na relação da língua com a história.

O aspecto de singularidade da língua para a AD tem a ver com a noção de estrutura e seu alcance na ótica discursiva. Ela é, de acordo com a mesma autora, tomada em sua forma material enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentido. Dessa forma, a língua, na Análise de Discurso, não é a mesma língua da linguística, aqui ela tem um funcionamento ideológico e suas formas materiais são investidas desse funcionamento (FERREIRA, 2003).

A AD não trabalha com uma metodologia pronta e fechada, posto que se propõe um olhar interpretativo sobre o objeto de análise. Assim, através do dispositivo teórico oferecido pela AD, mobilizamos, conforme a nossa temática de pesquisa, um dispositivo analítico que se constitui ao longo do percurso de análise, em um constante ir e vir da teoria para a análise e/ou vice-versa, como o movimento de um pêndulo (PETRI, 2013).

Este trabalho justifica-se pela sua relevância social, já que permite a produção de conhecimento linguístico sobre a região das Missões/RS por meio da sua relação

com Sepé, de modo que nos ajuda a compreender o funcionamento discursivo na sua relação com a língua, com a memória e com a história. Como destaca Almeida (2010), muitos destes novos estudos referentes à questão indígena não são resultados da descoberta de novos documentos, mas sim de releituras e novas interpretações dos mesmos fatos ocorridos.

Esperamos que o leitor possa fruir conosco ao longo das próximas páginas a partir dessa temática que nos inspira cada vez mais. Os ensinamentos de Pêcheux foram nosso guia ao longo desta dissertação de Mestrado, adjacente a ele, nos conduzindo pelo cenário brasileiro da Análise de Discurso, a obra de Eni Orlandi foi crucial, mas, em especial, queremos fazer referência a tese de doutorado de Maria Cleci Venturini (2008), **“Rememoração/comemoração: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano”** que foi uma fonte inesgotável de inspiração e aprendizado para nossa pesquisa.

À medida que avançamos, com o intuito de esboçar o caminho analítico que optamos por desenvolver, apresentamos os capítulos que oreintam nosso percurso de pesquisa.

No capítulo inaugural, **“Para Efeitos Introdutórios”**, lançamos luz ao nosso objeto de pesquisa e a temática que o circunda. Isto é, articulamos o contexto histórico dos Sete Povos das Missões às narrativas que se produzem sobre Sepé Tiaraju atualmente nas Missões e o colocam para além do homem, do indígena guarani, de figura empírica, como herói, líder, santo, fundador de uma genealogia de bravos. Doravante, nos coube elaborar um panorama que revela não apenas os eventos que envolvem Sepé Tiaraju, mas que articulam narrativas como forma de registro de eventos passados e que se mesclam ao imaginário missioneiro e posicionam os sujeitos em condições específicas de do discurso.

No segundo capítulo: **“Nas tessituras do discurso: a abordagem teórica”**, aprofundamos a compreensão de conceitos fundamentais que cingem a Análise de Discurso francesa e que, posteriormente, são explorados nos gestos de leitura, bem como desenvolvemos os principais conceitos mobilizados na análise mais adiante de acordo com o recorte que damos ao objeto.

No terceiro capítulo **“(Des)construindo o objeto: o aporte metodológico Gestos de Leitura”**, iniciamos com a delimitação de nosso objeto de pesquisa, apresentamos o recorte de análise, estabelecendo os limites que circunscrevem nosso objeto e os procedimentos mobilizados ao longo da análise. Nessa cadência,

adentramos nossa análise em um movimento de ir e vir entre a teoria e o objeto analisado, a compreender os efeitos de sentido postos em circulação a partir dos monumentos sobre Sepé Tiaraju no espaço urbano, além de explicitar o funcionamento discursivo imbricado ao texto.

Encerramos nossa dissertação com o capítulo **“Para Efeitos de Fechamento”**, encaminhando as considerações finais, observando que a língua é capaz de jogo e a discursividade funciona como a inscrição desses efeitos linguísticos na história, isto é, ela está sempre vulnerável e sujeita a novas formas de interpretação.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO: OS SETE POVOS DAS MISSÕES

A história das Missões do Rio Grande do Sul é marcada por conflitos políticos, culturais e religiosos. Durante os séculos XVII e XVIII, as terras localizadas entre os limites meridionais Sul-Americanos, caracterizavam-se por ser uma área de fronteira aberta, sujeita a choques constantes entre os diferentes grupos que ali viviam. Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, a Companhia de Jesus recebeu o encargo de disseminar a fé cristã no território sob domínio espanhol, enquanto para os portugueses coube um estreito trecho do litoral, próximo à atual cidade de Laguna (SC). Em pouco tempo, os portugueses passaram a avançar e invadir as fronteiras estabelecidas e os saques às estâncias indígenas era frequente.

As Reduções Jesuítico-Guarani concentravam-se em torno dos rios Uruguai e Paraná. Na época, não havia a divisão territorial que conhecemos hoje entre Brasil, Argentina e Paraguai. Aos espanhóis pertencia a Província Jesuítica do Paraguai, e nesse território se constituíram o total de trinta povos missioneiros, dos quais 23 delas localizavam-se na margem direita do Rio Uruguai, hoje pertencentes ao território do Paraguai e Argentina, e sete localizados na margem esquerda do rio.

Justamente pela sua condição de fronteira, a região hoje conhecida como Missões, localizada no noroeste do Rio Grande do Sul (BR), foi motivo de disputas políticas e religiosas e serviu de palco às experiências reducionistas controladas pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus, vindos da Europa com a missão de catequizar as populações indígenas. Segundo Batista (2010), a maioria dos grupos étnicos que ali vivia era representada pelos guaranis, além de outras etnias em menor número, como os charruas e os minuanos.

O aumento da atuação do catolicismo no Novo Mundo, entre 1685 e 1718, levou

ao crescimento demográfico das missões e impulsionou a criação de novos povoados no oeste do atual Rio Grande do Sul, conhecido como Sete Povos das Missões:

- **Povoado de São Francisco de Borja:** fundado, em 1707, pelo Padre Francisco Garcia. Compreende a atual cidade de São Borja (RS).
- **Povoado de São Nicolau:** sua 1ª primeira fundação ocorreu em 1626, pelo Padre Roque Gonzales. No 2º período, em 1687, os jesuítas voltam a habitá-la. Foi em São Nicolau que começou o movimento de resistência ao tratado de Madrid e que se espalhou entre os demais povoados.
- **Povoado de São Miguel Arcanjo:** fundado em 1632, pelo Padre Cristóvão de Mendoza, localizado na atual cidade de São Miguel das Missões, RS.
- **Povoado de São Lourenço Mártir:** fundado em 1690, pelo Padre Bernardo de la Vega. Sua população ultrapassou 6.400 habitantes em 1731. Hoje, ali se localiza a cidade de São Luiz Gonzaga, RS.
- **Povoado de São João Batista:** fundado em 1697, pelo Padre Antônio Sepp. Hoje, ali está a localidade de São João Velho, interior do município de Entre-Ijuís, RS.
- **Povoado de São Luiz Gonzaga:** fundado em 1687, pelo Padre Miguel Fernandez. Compreende a atual cidade de São Luiz Gonzaga, RS.
- **Povoado de Santo Ângelo Custódio:** fundado em 1707, pelo Padre Diogo Haze. Foi a última redução construída pelo ciclo missionário. A sua Igreja Matriz foi construída em cima das ruínas da igreja anterior, e seguindo o projeto da Igreja de São Miguel das Missões.

As missões tinham cada uma dessas comunidades gerenciada por um cabildo, uma instituição de poder, composta por morubixabas, líderes que representavam os distintos grupos residentes e envolvidos nas atividades das comunidades, incluindo estâncias agrícolas, fazendas de produção de alimentos, olarias e outras (MAEDER, 2010). Os guaranis eram educados de acordo com os preceitos cristãos: aprendiam a ler, a escrever, a tocar instrumentos musicais, a produzir cerâmicas, a construir moradias, a lidar com a terra e com o gado de modo que nesses espaços se desenvolveu uma complexa organização social e política, com intensas incorporações culturais entre os indígenas e os padres (MARCHI, 2015).

Os efeitos do colonialismo também impuseram novas demandas dentro das reduções e, aos jesuítas, coube uma melhor instrumentalização das milícias guarani

contra os potenciais rivais lusitanos, uma vez que a questão fronteiriça impunha uma rotina constante de estado de alerta diante dos invasores. Essa conjunção de elementos foi substancial para que os padres pudessem exercer seu domínio dentro dessas comunidades, pois equivalia à proteção e garantiam a continuidade e o fortalecimento dos indígenas diante dos perigos que rondavam suas terras (NEUMANN, 2000).

Nas Missões, viviam em um regime cooperativo, cada um dos povoados era autônomo, apesar de se ajudarem mutuamente. Os dirigentes da comunidade eram eleitos pelo povo anualmente em 31 de dezembro. Eram eleitos prefeito, chamado de corregedor-geral, vereadores que formavam o cabildo, os juizes, os delegados de polícia, os responsáveis pela educação, os fiscais do campo, que representavam a cooperativa das diferentes estâncias de criação de gado (CHEUICHE, 2005).

Em 1750, os Sete Povos das Missões chegaram a ter em torno de 50 mil habitantes e a maior cidade era a de São Miguel. A catedral construída entre 1734 e 1744, pelos guaranis, sob a orientação de Giovanni Battista Primoli, um irmão jesuíta italiano, ainda hoje tem parte de sua estrutura preservada e os seus restos foram tombados pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio da Humanidade, em 1983.

Diante das invasões portuguesas ao território espanhol, as fronteiras foram redefinidas, o que culminaria com a assinatura do Tratado de Madri, em 13 de fevereiro de 1750. Segundo os termos desse acordo, Portugal entregaria a Colônia do Sacramento à Espanha em troca dos Sete Povos das Missões, localizados na margem leste do rio Uruguai, os quais estavam sob domínio espanhol na época.

Para Golin (2014), a entrega da Colônia de Sacramento aos espanhóis foi um ato diplomático negociado entre as nações europeias que não levou em consideração os interesses dos povos nativos que habitavam a região sul-americana. A suposição era de que os indígenas aceitariam resignadamente a perda de sete de suas reduções localizadas no atual estado gaúcho e migraram deliberadamente para a margem oeste do rio Uruguai. Quando os encarregados pela demarcação das novas terras chegaram à América Meridional, no ano de 1752, os povos indígenas fragmentaram-se em dois grupos distintos: um constituído pelos líderes que acataram a transferência para o outro lado do rio; e outro formado pelos morubixabas que se opuseram a obedecer à ordem de desocupação das terras.

As intervenções militares e os bloqueios realizados pelos indígenas resistentes

às imposições da coroa espanhola nas proximidades da atual região de Bagé levaram os governadores de Buenos Aires e Rio de Janeiro a mobilizarem forças militares com o objetivo de invadir os Sete Povos e expulsar a população indígena e entregar o território para Portugal. Enquanto as tropas avançavam, as milícias das reduções jesuíticas tentavam opor resistência a essa incursão.

As dificuldades enfrentadas pelos espanhóis com a execução do Tratado de Madri culminaram no conflito conhecido como Guerra Guaranítica (1754), marcado por ações genocidas ordenadas pelas coroas de Portugal e Espanha contra os povos indígenas. Tal conflito é considerado como um dos mais violentos ocorridos nessa região e ainda afeta e repercute no modo de vida da população que hoje vive nessa região (GOLIN, 2014).

Com o aniquilamento dos indígenas na guerra, cerca de 10 mil índios que viviam na região foram levados pelos jesuítas, atravessaram as cataratas do Iguaçu, numa verdadeira epopéia, e começaram a construir as reduções na margem direita do rio Uruguai, atual Argentina.

Frente a uma conduta de militância dos jesuítas na Península Ibérica, em Roma e na América contrária à entrega das terras dos Sete Povos aos lusitanos e a crescente mobilização articulada dentro das reduções, incentivada pelos padres, os jesuítas foram acusados de exercer controle autônomo nas reduções, criando um Estado dentro de um Estado (GOLIN, 2014).

No Brasil, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, determinou a expulsão dos jesuítas em 1759. A perseguição contra os padres perdurou até que, em 1767, o Rei da Espanha, Carlos III, assinou um decreto expulsando os jesuítas da Europa e de suas colônias. Nenhum habitante da colônia podia, sequer, falar com um jesuíta preso, sob pena de morte. Todos acabaram por ser enviados, a ferros, para a Espanha. E em 1773, o Papa Clemente XIV finalmente determinou a perseguição e o fim das missões. As reduções foram entregues à administração de funcionários coloniais. As fronteiras foram abertas aos comerciantes e à exploração. Os guaranis perderam suas terras e desamparados passaram a ser explorados. Em pouco tempo, tudo estava em ruínas (Câmara dos Deputados, 2010).

Somente na segunda metade do século XIX, com a lei de terras do império, a região passou a ser colonizada por descendentes de portugueses em sua maioria. E décadas mais tarde, famílias de imigrantes de diversas etnias repovoaram a localidade no entorno dos remanescentes do antigo povoado missionário, que

administrativamente conformava um distrito de Cruz Alta e posteriormente de Santo Ângelo (MARCHI, 2015).

Nesse contexto, as narrativas históricas sobre Sepé Tiaraju se incorporam ao imaginário das Missões e os conflitos e tensões históricas que ocorrem ao longo do tempo foram se acomodando à memória local. Para tanto, a seguir trazemos um pouco da narrativa histórica que envolve a figura de Sepé nas Missões para que, adiante, possamos explorar os monumentos que o rememoram e simbolicamente participam da constituição do imaginário urbano.

1.2 SEPÉ TIARAJU, “O LÍDER GUARANI”

A memória associada a Sepé Tiaraju é também um conjunto de narrativas associadas ao jogo político e ideológico na sua relação constitutiva com a história, isto é, historicidade constitutiva da produção de sentidos, já que nos inscrevemos na AD francesa. Nesse sentido, as disputas pelo direito à palavra colocam em relevo narrativas que ora se encontram, ora se afastam na tentativa de legitimar questões de pertença e identidade a certos espaços. Para Liebgott e Bonin em uma entrevista online concedida a revista IHU (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2010), o povo guarani, tal como a maioria dos povos indígenas, não vincula sua história a certos nomes, a certos heróis, a feitos individuais, embora, na atualidade, pode-se dizer que Sepé Tiaraju é um nome relevante para eles.

Segundo os pesquisadores (2010), isso se justifica por diferentes razões relacionadas à resistência desse povo ao longo da história que sempre teve na palavra a mais importante fonte de transmissão de conhecimento e cultura. Estudiosos, como Curt Nimuendajú e Bartomeu Meliá, afirmam que os guaranis são “o povo da palavra” e a partir dela eles mantêm sua organização social, política, religiosa. Portanto, o que hoje temos acesso sobre a vida de Sepé são também fragmentos e relatos da história desses povos vinculados à tradição oral e ao seu imaginário mítico, além de documentos como cartas e diários de representantes de Portugal e Espanha que prestavam contas à Corte, tais fontes simbolicamente produzem uma série de representações sobre Sepé Tiaraju e estão relacionados à lógica de funcionamento em que atuam o político e o ideológico.

Sepé Tiaraju (Facho de Luz em tupi-guarani), Joseph Tiarayu, José Tiaraju, Capitão Sepé, Corregedor Sepé, Cacique Sepé, dentre outras nomeações, segundo

historiadores, teria nascido aproximadamente por volta de 1722, na redução de São Luiz Gonzaga. Como aponta Cheuiche (2005), nessa época, houve uma epidemia de escarlatina, doença que matou milhares de pessoas, e os pais de Sepé morreram da doença, deixando o menino sob a proteção dos padres jesuítas. Mais tarde, ele se mudou para o povoado de São Miguel Arcanjo e lá aprendeu tudo o que uma criança guarani missioneira aprendia. Aprendeu a ler e escrever em guarani e espanhol. Tinha bons conhecimentos de latim, manejava o arco e flecha e a lança. Aprendeu a lidar com o gado e trabalhar nas lavouras de trigo e algodão. Sepé destacou-se nos estudos, no trabalho e na liderança e, ao longo dos anos, ocupando vários cargos administrativos e mais tarde tornou-se corregedor e alferes-mor do povoado de São Xavier, sob a jurisdição de São Miguel Arcanjo

Tendo sido criado pelos padres, Sepé era muito bem-querido pelos jesuítas e seguia os preceitos instituídos pelo catolicismo, como destaca Golin (2005).

Os traços religiosos de Sepé talvez sejam mais evidenciados pelo povo e pelos próprios documentos históricos. Nesses documentos, lemos que Sepé era bastante benquerido pelos padres missionários, tanto que chegou a exercer um cargo de “polícia”, ou seja, podia prender aqueles que não cumprissem as ordens estabelecidas na Missão de São Miguel. Isso significa que ele era merecedor de confiança, o que provavelmente baseava-se, também, na sua religiosidade, ou pelo menos na sua obediência aos mandamentos dos padres jesuítas. As duas cartas encontradas com Sepé e as suas diferentes manifestações sempre evocam os nomes de Deus e São Miguel Arcanjo. “Essas terras nós a recebemos de Deus e de São Miguel”. (GOLIN, 2005, p. 81).

Como líder da polícia da redução de São Miguel, Sepé era muito influente e respeitado pelos guaranis, cuidava da ordem interna, patrulhava os campos e estâncias, especialmente a de Santa Tecla - imensa região que hoje é conhecida pelo atual município de Bagé. Nessas patrulhas, Sepé enfrentava os malfeitores do campo que atacavam as estâncias missionárias para roubar o gado dos latifúndios particulares (GOLIN, 2014).

Em 1750, quando Sepé era o prefeito de São Miguel, habitavam a região dos Sete Povos cerca de 50 mil índios missionários. Foi quando os reis de Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Madri. Aos portugueses seriam entregues às terras guaranis da parte oriental do rio da Prata e, em troca, a Espanha receberia a Colônia do Sacramento. O Tratado de Madri não foi bem recebido pelos Sete Povos das Missões e culminou com a Guerra Guaranítica entre 1754 e 1756. Em resposta às exigências espanholas, o corregedor-mor Sepé teria proferido “Esta terra é nossa! Nós

a recebemos de Deus e do arcanjo São Miguel. Somente eles nos podem deserdar!”.

Sepé foi morto no dia 7 de fevereiro de 1756, em um local chamado Batovi, onde hoje se localiza a cidade de São Gabriel (RS). Foi ferido em uma escaramuça por uma lança portuguesa e, depois, recebeu o tiro de misericórdia da pistola do governador de Montevidéu. Conforme destaca Golin em uma Entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), em 2017, foi encontrado um documento com o relato do diário do então governador de Montevidéu, Manoel Viana, confessando ter dado o tiro de misericórdia em Sepé Tiaraju após ele ser torturado.

Do ponto de vista histórico, não há dúvidas sobre a existência de Sepé, inúmeros documentos da época, de acordo com Golin (2014), mencionam seu nome e os eventos relacionados ao período ao qual ele esteve envolvido. Além da documentação histórica, há também os registros literários sobre a vida de Sepé Tiaraju, como, por exemplo, os de Simões Lopes Neto e Basílio da Gama. Muito antes de Simões Lopes Neto, o poema **O Uruguai**, de Basílio da Gama, é o primeiro grande texto elevando Sepé a figura de um grande comandante.

O gauchismo tradicionalista também incorporou as representações de Sepé nos seus contos, versos, prosas, músicas, tornando-o um ícone popular no Rio Grande do Sul. Sepé Tiaraju também foi incorporado a discursos do MST e de ruralistas, a partir da retomada da expressão “Esta Terra Tem Dono”, historicamente vinculada ao guarani.

A figura de Sepé é envolta em uma aura mítica até os dias atuais, posto que lhe foi dado o título de herói missioneiro. Seu nome consta no **Livro dos Heróis da Pátria** de acordo com a lei nº 12.032, de 21 de setembro de 2009, e a lei foi sancionada pelo vice-presidente da República, no exercício da presidência da República, Sr. José Alencar Gomes da Silva.

O VICE – PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Em comemoração aos 250 (duzentos e cinquenta) anos da morte de Sepé Tiaraju, será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome de José Tiaraju, o Sepé Tiaraju, herói guarani missioneiro rio-grandense. (Presidência da República, 2009).

O povo também o fez santo popular, apesar de a Igreja Católica não o reconhecer como tal até hoje; afinal, reconhecer Sepé como santo popular seria reconhecer os erros cometidos no passado.

O município de São Sepé, no Rio Grande do Sul, recebeu esse nome em homenagem ao guerreiro Sepé. Além disso, estátuas e monumentos em sua comemoração foram erguidos em diferentes pontos do Rio Grande do Sul. Brum (2005) salienta que a figura de Sepé ultrapassa as fronteiras temporais e deixa um legado para os que hoje vivem nessa região, colocando em relevo o seu valor simbólico na construção das identidades regionais.

Há também narrativas que santificam a sua figura de herói missioneiro, como o espetáculo Som e Luz, encenado no município de São Miguel das Missões, dentro do Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo. O Sítio é um importante patrimônio histórico e cultural e o espetáculo é uma forma de apresentar a experiência missioneira aos visitantes por meio de efeitos sonoros e visuais. Durante o espetáculo, a história das Missões Jesuíticas, incluindo a figura de Sepé Tiaraju, é representada e narrada.

Em vista das diferentes narrativas históricas que reivindicam sentidos em nome da figura de Sepé Tiaraju, tomamos os monumentos que rememoram/comemoram Sepé Tiaraju no espaço urbano enquanto materialidades inseridas em práticas discursivas que demandam gestos de leitura em que se observe a historicidade constitutiva desses discursos sobre o monumento. Em concordância com Silva e Canabarro (2021), compreendemos que os diferentes sujeitos e grupos que vivem na atualidade nas Missões são fruto de distintas influências étnicas, culturais, que se vinculam e se identificam com diferentes formações discursivas, daí se produzem diferentes narrativas de um processo histórico de sujeitos que hoje se identificam com as Missões e os seus remanescentes.

Ainda nesse viés, em uma releitura de Paul Veyne (1982), Venturini (2008), conclui que a história narrada pelo sujeito historiador, do ponto de vista discursivo, traz consigo a subjetividade decorrente da ideologia. Assim, para a sua construção, a história demanda que o sujeito assuma determinadas condições de produção e os saberes advindos da história que, muitas vezes, não dão acesso aos acontecimentos, mas às versões desses, conforme a interpretação e as condições sócio-históricas em que o sujeito está inserido. O que nos permite inferir que a história não é um discurso fechado, mas é sempre uma versão em que atuam os componentes ideológicos que nos permitem compreender a historicidade constitutiva do texto.

Os Sete Povos das Missões deixaram às futuras gerações um legado cultural, político e arquitetônico no espaço urbano das quais hoje restam apenas as ruínas. Para o historiador Nora (1993, p. 7) “há locais de memória porque não há mais meios

de memória”, se o que esses espaços buscam rememorar não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Dessa forma, os monumentos que surgem como forma de homenagear Sepé Tiaraju e as Missões também ajudam a (re)inventar o presente, mostrando que “os sujeitos ali representados não são anônimos quaisquer, mas vultos que participaram de modo emblemático da historicidade que compôs/compõe os espaços” (RASIA, 2021, p. 201) e ao se situarem em praças públicas, nas cidades, esses monumentos dizem de diferentes modos que fazem parte do espaço urbano das Missões. Esses monumentos sobre Sepé Tiaraju edificadas nas cidades não funcionam apenas como uma forma de revisitar o passado, de não deixar morrer a memória guarani, como também atuam no presente como formas de ressignificar o passado e o presente, pois embora os sentidos a eles vinculados possam parecer estáveis, nada impede que o monumento migre para outros sentidos e redes de significação, afinal, retomando Saussure (2012), é o ponto de vista que cria o objeto.

2 NAS TESSITURAS DO DISCURSO: A ABORDAGEM TEÓRICA

No Brasil, os estudos discursivos ganharam maior visibilidade a partir dos anos de 1980, embora na Europa a sua disciplinarização tenha ocorrido antes. A Análise de Discurso (AD), fundada por Michel Pêcheux na França, teve sua origem nos anos de 1960 em um contexto intelectual de ruptura dentro do campo de estudos da linguagem. Orlandi (2015) ao falar sobre a obra **Discurso: estrutura ou acontecimento**, de Pêcheux (2015), reconhece que ele propõe uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar no lugar já-feito sobre os processos de construção de significação do texto, centrando-se na relação do sujeito com a ideologia.

Contra-pondo-se à noção de linguística até então praticada, que considerava apenas o sentido como objeto de estudo, Pêcheux observa que as condições de produção não poderiam ser deixadas de lado em uma análise, na medida em que elas são parte do processo de construção e de significação do texto. Assim, o interesse da AD passou a ser o de compreender como o texto funciona, e não apenas explicitar os seus sentidos.

Ao propor essa perspectiva, Pêcheux desenvolve um dispositivo teórico que articula as noções de Linguística, Marxismo e Psicanálise. Sob essas três regiões do saber, e, no entanto, sem se reduzir a nenhuma delas, a AD caracteriza-se como uma disciplina de entremeio que trabalha a noção de discurso a partir da relação existente entre língua, história e sujeito. Nesse sentido, o funcionamento da língua no discurso também tem suas especificidades e, em relação a isso, Ferreira (2003) aponta que a língua, em sua condição material, tem a ver com a noção de seu alcance enquanto estrutura e comporta em si (enquanto totalidade) o não-todo, pois, enquanto ordem significante, ela é capaz de equívoco, de deslize, de falha, um sistema sintático passível dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentido.

Em **Por uma Análise Automática do Discurso** (2014b), Pêcheux define o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores, ou seja, as palavras sozinhas não significam nada, elas dependem da relação entre sujeitos simbólicos dentro de determinadas circunstâncias. O discurso nos permite observar as relações entre ideologia e língua, bem como os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua. É pelo/no discurso que sujeitos e sentidos se constituem, de modo que o discurso não é um reflexo da realidade, mas um local onde as relações de poder,

ideologia e representação se manifestam.

É importante enfatizar que o sujeito do discurso não é o mesmo sujeito da psicanálise. O sujeito psicanalítico tem a ver com o desejo, o inconsciente, enquanto o sujeito da teoria discursiva tem o inconsciente e a ideologia ligados pela linguagem. Isso significa que, atravessado pela linguagem e pela história, sob o imaginário, o sujeito é dividido desde sua constituição. Nos termos de Orlandi (2015, p. 45), “ele é sujeito à língua e à história, pois, para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas e é assim determinado, pois se ele não sofrer os efeitos do simbólico, não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, não fala e não produz sentidos”. Um sujeito dividido em relação a ele mesmo e que se materializa nas tomadas de posição em que se inscreve.

O sujeito da AD é um sujeito clivado, o inconsciente interfere no discurso do sujeito, como se houvesse sempre palavras sob outras palavras, abrindo brecha para o discurso-outro. Assim, o texto, do ponto de vista discursivo, se distingue como produto do trabalho ideológico não consciente.

Calcado no materialismo histórico, Althusser (2014), em uma releitura de Marx, entende que as condições de produção social devem ser pensadas não como ideias, mas em sua existência material, isto é, práticas materiais que reproduzem as relações de produção da sociedade, pois, de acordo com Marx, dada formação social que não reproduz as condições de produção ao mesmo tempo em que as produz não sobrevive, ou seja, a reprodução dos meios de produção garante a sujeição do sujeito à ideologia dominante. Assim, a Linguística se sobressai como um campo privilegiado, já que a ideologia pode ser estudada em sua materialidade linguística.

O indivíduo é interpelado em sujeito do discurso pelas formações discursivas que, na linguagem, representam as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Pêcheux e Fuchs (2014) estabelecem uma relação entre discurso e ideologia em que as formações ideológicas estão interligadas e cada formação comporta o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição, numa dada conjuntura, isso significa que elas ocupam lugares no interior de um aparelho ideológico.

Com relação às posições que o sujeito ocupa nas formações discursivas, Pêcheux pontua a superposição, que remete à identificação plena do sujeito com a formação discursiva que o afeta, caracterizando o “discurso do ‘bom sujeito’ que seria a reduplicação da identificação do sujeito com formação x (INDURSKY, 2000). E a segunda modalidade, ao contrário, seria o discurso do “mau sujeito”, em que o sujeito

do discurso, através de uma “tomada de posição”, se contrapõe à forma-sujeito, revelando um distanciamento, em relação ao que diz a forma-sujeito, gerando uma contra-identificação com os saberes dessa formação discursiva. O sujeito do discurso questiona saberes pertencentes à FD em que ele se inscreve e o faz sem seu interior. Quando o sujeito se desidentifica com a sua FD, o questionamento e a resistência ocorrem dentro dessa rede de saberes em que ele está inscrito, gerando tensão entre o sujeito e sua FD. Enquanto a superposição é a reduplicação de uma FD, a contra-identificação traz para o interior de uma FD o discurso-outro como observado por Pêcheux e Fuchs (2014), essas duas modalidades não são as únicas possíveis, em uma análise, podemos identificar não apenas duas, mas várias posições-sujeito.

Lembramos que, para a AD, mais do que o sujeito, interessam as posições-sujeito assumidas no discurso, uma vez que o sujeito é pensado em uma posição entre outras (FERREIRA, 2003). Assim, o sujeito se constitui na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso, na articulação da língua com a história. A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e inscrevendo-se na história (ORLANDI, 2005). Não existe, portanto, a subjetividade do sujeito, mas um lugar que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz, em que se estabelece um processo de constituição mútua entre sujeito e sentido.

Todo dizer tem uma direção determinada pela articulação dos signos com as relações de poder que funcionam regidas pelo imaginário ligadas a essas diferentes formações, “não há sentidos literais guardados em algum lugar que ‘aprendemos’ a usar. Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não detemos controle e nos quais o equívoco, ou seja, a ideologia e o inconsciente, está largamente presente” (ORLANDI, 1998, p. 12). A ideologia, nesse sentido, coloca o sujeito em uma relação imaginária com suas condições de existência. E é pelo mecanismo ideológico de apagamento da interpretação que se constrói a ilusão de transparência da linguagem. Esse efeito, conforme Orlandi (2015), é sustentado, uma vez que a ideologia tem como característica dissimular a sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo evidências “subjetivas” nas quais o sujeito se constitui. Temos a ilusão de que os sentidos nascem em nós e não nos damos conta de que o sujeito é afetado pela língua e pela história. Por isso, dizemos que o esquecimento é estruturante da constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Ao adentrarmos o interdiscurso, o já-dito Orlandi (2015) também aponta para os processos parafrásticos e a polissemia. A paráfrase envolve todo o dizer que se mantém, isto é, a memória discursiva e representa o retorno do dizer sedimentado, estabilizado. Já a polissemia é entendida pela autora como o deslocamento que pode ocorrer com a significação, funcionando como equívoco, pois “se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 35). Tanto os processos parafrásticos como a polissemia são conceitos essenciais para o movimento analítico do analista de discurso. É porque a língua está sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. A incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, nem o discurso, estão prontos e acabados. Depende de como são afetados pela língua e de como se inscrevem na história para significar.

Uma das contribuições mais importantes para a teoria discursiva se deu com os estudos de Althusser (1985), ao introduzir a noção de que a ideologia se materializa por meio de práticas sociais de diferentes instituições. A partir de sua obra, foi postulada a noção de sujeito ideológico (assujeitado) do qual tratamos acima. Outra noção importante da qual o autor trata e que atuam como mecanismos de controle e repressão são as instituições, chamadas por ele de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Nesse aparelho em que prevalecem as relações ideológicas de poder, Althusser (1985) observa como instituições, como igreja, escola, família, imprensa, e Estado atuam sobre a regularização e estabilização dos discursos considerados hegemônicos dentro da sociedade. Enquanto conjunto de representações, a ideologia funciona como uma visão de mundo em que o sentido é o efeito da relação do sujeito com a língua e com a história.

A ideologia dominante, representada pelos AIE, atua na busca de homogeneizar o discurso, como se ele fosse natural e transparente, quando ao contrário, o discurso tem sua espessura, uma vez que a língua o submete a uma relação contraditória, funcionando em condições específicas. E é sob essa superfície opaca e ambígua que cabe ao analista realizar o gesto de interpretação, indo até os limites do texto como parte dos processos de significação.

No materialismo histórico, a ideologia contribui significativamente para marcar a produção e reprodução das relações sociais. De acordo com Courtine (2014), a reprodução está assegurada pelos aparelhos ideológicos do Estado que mantém

relações complexas e contraditórias em uma dada conjuntura, são formações ideológicas que não representam segmentos individuais nem universais, mas relacionam-se a posições de determinados grupos em conflito.

Ao trazer para reflexão a tessitura que conduz a Análise de Discurso para o âmbito dos monumentos que representam Sepé Tiaraju no espaço urbano, dispomos de uma base teórica consistente para estudar nosso objeto. Os conceitos de sujeito, sentido, ideologia, historicidade e interdiscurso funcionam como uma lente de aumento para acessar às diversas camadas que compõem o discurso sobre/dos monumentos e apontam para a dinâmica ideológica que estrutura e ampara a manutenção e perpetuação das relações de poder. Os monumentos são legitimados pelos discursos institucionais e se sustentam pelo direito a definir e moldar a memória coletiva pelo gesto de narrativa. Em síntese, o aparelho teórico da AD nos leva a questionar o funcionamento das estruturas envolvidas na (re)produção e regulação dos sentidos em circulação e conseqüentemente afeta e molda a maneira que o sujeito se percebe e se constitui dentro de determinado meio.

Na seção seguinte, apresentamos alguns conceitos da Análise de Discurso que se singularizam em nossa pesquisa, uma vez que serão conceitos articulados com o recorte que pretendemos dar ao nosso objeto no gesto analítico.

2.1 A MEMÓRIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo se opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Nora (1993) observa que a memória é viva, está sempre aberta à lembrança e ao esquecimento, como dois lados de uma mesma moeda, a memória lembra mas também esquece, isso significa assumir sua vulnerabilidade diante do tempo. Tal vulnerabilidade, segundo o autor, faz com que as sociedades buscassem uma alternativa para não deixar morrer a memória de um grupo, daí a necessidade de se criar “lugares de memória”, como uma tentativa de reconstruir o que já não existia mais.

Para Le Goff (2013), os verdadeiros lugares de história são os lugares de memória coletiva, em que se constroem arquivos em função dos diferentes usos da

memória. A memória é tomada por ele como muito mais do que um simples arquivo de eventos passados; ela é um campo em movimento em que o passado e o presente se encontram, de modo que, para o autor, a memória coletiva deve ser posta em perspectiva para se compreender a história.

A relação entre história e a memória está marcada por tensões, Le Goff (2013) nos lembra que a história, ao se pautar no documento, não deve esquecer que ele não é inócuo. Ele é o resultado de uma montagem – consciente ou inconsciente – da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também de épocas sucessivas em que ele continuou a viver, manipulado ainda que pelo silêncio. À memória coletiva e à sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. O documento deve ser submetido a uma crítica mais radical pelo historiador, pois ele é também um monumento, embora o documento carregue consigo essa aura de verdade, ele não deixa de ser uma montagem. Para o autor, o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder, ou seja, ele exige uma leitura crítica. E isso só pode ocorrer quando a análise do documento for tomada por monumento, haja vista que é a memória coletiva que, com efeito, permite ao historiador recuperá-lo. Nesse sentido, ele pontua que é preciso começar a desmontar/desestruturar esta construção e analisar as condições de produção do documento.

O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador. A sua objetividade opõe-se à intencionalidade do monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor o futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. Todo documento é uma mentira, visto que ele é um produto de uma sociedade que o fabricou de acordo com as condições sócio-históricas em que se insere.

Em vista dessa dualidade documento/monumento achamos importante delimitar que a terminologia *monumento* utilizada ao longo desse trabalho tem a ver com a vontade de memória mencionada por Nora. O documento que não é investido de valor simbólico, de vontade de memória, é apenas um documento. Também, acrescentamos que o monumento, da maneira que o entendemos, não se constitui apenas por elementos materiais, como o estatuário que é o foco de nossa análise, o próprio documento, registro escrito, pode ser considerado um monumento desde que

atenda à vontade de memória que constitui o monumento.

Portanto, o monumento enquanto forma de memória coletiva, é investido de valor e demanda gestos de leitura, uma vez que a memória não é um registro neutro do passado, mas um elemento constitutivo dos processos discursivos. Do mesmo modo que a memória pode tentar retomar o passado, ela pode redizê-lo e ressignificá-lo, produzindo novos sentidos. De acordo com Ricoeur (2007), a ideologia opera pelo seu mecanismo dissimulado e é ali que os abusos de uma memória ocorrem, uma vez que a função seletiva do que será narrado é também uma manipulação do que é rememorado e do que é esquecido.

Na Análise de Discurso, o arquivo é definido por Pêcheux (2014) como o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão. A memória de arquivo funciona pela estabilização e regularização dos sentidos, o que nos ajuda a pensar a noção dos monumentos que se constituem por meio de práticas sociais que visam a fixar determinada memória. A memória de arquivo se define enquanto documento, registro oficial, registro escrito e material.

De fato, a memória de arquivo, representada pelo documento, reúne e tenta impor limites à leitura. Cervo (2015) se refere a memória de arquivo como

Resultado de um trabalho de leitura, reunião e ordenamento de documentos de diversas ordens (públicas ou privadas), práticas essas que funcionam sempre em relação ao silenciamento do que não foi escolhido, ao gesto de interpretação que dá contorno à organização dos elementos e à construção da narrativa. Também, ao efeito de completude que se constitui nesta organização, haja vista que o arquivo cria a ilusão de que os elementos necessários para a 'reconstituição' de uma memória estariam ali presentes e reunidos em sua força simbólica (CERVO, 2015, p. 366).

Nesses termos, consideramos a memória de arquivo uma memória institucionalizada, pois ela organiza, congela e distribui sentidos. Trata-se de uma memória que não esquece, diferentemente da memória discursiva que é estruturada pelo esquecimento, pois considera a linguagem em sua opacidade constitutiva. Cervo (2015) também aponta que o arquivo desconhece o seu exterior, se concentra sobre si, sob um efeito de verdade e de completude, tal idiosincrasia é também uma prática política e de poder sobre a memória, posto que o arquivo é também uma montagem construída pelo gesto de quem produz a narrativa, isto é, é da ordem do político. Institucionalmente, a estabilização é produzida e se mantém pelos mecanismos que sustentam a ideologia dominante no imaginário social, desconhecendo as diferenças e os deslizamentos, “os discursos institucionais assim

o fazem: silenciam uma história que não “lhes cabe” (KLEIN, 2021, p. 84).

Por sua vez, a memória discursiva tem a ver com a exterioridade, os já-ditos que retornam para produzir sentidos. São os já-ditos que tornam possível todo dizer, ao retornar sob a forma de pré-construídos, eles sustentam a tomada de palavra no discurso.

A memória, nesse domínio de reflexão, é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória do dizer, e sobre a qual não temos controle. Trata-se do que foi e é dito a respeito de um assunto qualquer, mas que, ao longo do uso, já esquecemos como foi dito, por quem, e em que circunstâncias e que fica como um já-dito sobre o qual nossos sentidos se constroem. (ORLANDI, 2005, p.180)

O interdiscurso, conforme apontado por Pêcheux (2014a), refere-se aos discursos já existentes e que circulam socialmente, constituindo-se como referências para a produção de novos discursos. Os sentidos que, muitas vezes, nem sabemos de onde vêm, falam em nós, simplesmente porque para que nossas palavras façam sentido, é preciso que elas já tenham sido ditas.

Pêcheux (2014b) afirma não haver um momento ou um lugar específico que marque o nascimento de um discurso, sua condição inaugural: “um discurso deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido, assim, tal discurso remete a outro, esse, por sua vez, não tem origem, início”. O que se tem são retomadas, relocalizações de dizeres que instauram novas formas de discurso. São essas relações que possibilitam que um discurso se funda a outro, partindo de uma memória já estabelecida e se proteja para legitimar sentidos em uma dada conjuntura sócio-histórica.

Nesses termos, é pelo interdiscurso que compreendemos como os sentidos se constituem e se sustentam dentro de uma dada formulação, assim, a memória discursiva, pelo gesto de observação, é capaz de flagrar a prática envolvida na constituição do arquivo. Repetindo Ricoeur (2007), a memória é frágil, pois o componente ideológico que opera no seu funcionamento é seletivo em função do que será narrado e do que será esquecido, em vista disso, o gesto de leitura sobre o arquivo se mostra pertinente e necessário.

Dentro desse eixo, o conceito de narratividade abordado por Orlandi (2017) é um espaço oportuno de observação do funcionamento do interdiscurso. Isto é, a narrativa enquanto processo e não como gênero, como usualmente é definida. A narratividade se conta em certas condições, vinculando o sujeito a espaços

determinados, em suas práticas discursivas, assim, o sujeito se narra ao deslocar-se da constituição (já-ditos) para a formulação, abrindo espaço para a interpretação.

A narratividade, como parte do funcionamento da memória, afirma/vincula o sujeito e seu pertencimento a determinados espaços de interpretação na relação espaço-tempo. O sujeito se significa afetado pelo funcionamento da memória discursiva, do interdiscurso, nas condições de produção em que se encontra. O texto se significa pela memória que fala nele (ORLANDI, 2017). O encontro da atualidade com a memória faz com que o acontecimento discursivo se instaure (PÊCHEUX, 2015), esse entrecruzamento de passado e presente abre espaço para a interpretação. Afinal de contas, a narratividade está entrelaçada com a identidade, que é um movimento na história, e isso significa que os sentidos podem tanto ser cristalizados institucionalmente, como também se movimentam e deslizam. (ORLANDI, 2017). Segundo Pêcheux (2015), a regularização discursiva é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória. O acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (ACHARD, 2015).

A amarra do texto se faz pela narratividade e os modos de inscrição do sujeito pela memória discursiva. Desse modo, o que se chama de texto, como unidade de sentido, é constituído pela narratividade estruturante, ela está investida na direção interpretativa, no processo de significação do texto e vincula o sujeito a espaços de interpretação, e ao fazê-lo, torna visível o invisível da memória, dos sentidos e dos sujeitos. A memória é irrepresentável, mas, indiretamente, podemos acessar o modo como ela afeta o sujeito, dado que ela carrega traços do inconsciente e da ideologia (ORLANDI, 2017). Institucionalmente, a estabilização é produzida e pode ser mantida pelos mecanismos que sustentam a ideologia dominante no imaginário social.

Por fim, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios, de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer. O que não constitui discurso, fica por conta do silenciamento, do esquecimento, apesar disso, o não-dito tem suas condições específicas de significação, pois todo dizer apaga necessariamente outras palavras, produzindo um silêncio sobre outros sentidos. Isso não significa a ocultação de alguma realidade ou um defeito do discurso, mas um efeito da própria constituição dos sujeitos e dos sentidos e, mais uma vez, abre espaço para os gestos de leitura (FERREIRA, 2003).

Em suma, os monumentos nos impõem a reflexão sobre a memória enquanto

prática social, fundamental para a construção da narratividade de sujeitos e espaços. O monumento, como operador de uma memória coletiva no interior de uma comunidade, convida o espectador a dar sentido ao que ele tem diante dos olhos (ACHARD, 1999). Nos resta explicitar os mecanismos que atuam junto à memória do monumento na produção de sentidos.

2.2 LUGARES DE MEMÓRIA: OS DISCURSOS DE REMEMORAÇÃO E COMEMORAÇÃO

Nesta seção, em razão do nosso objeto de pesquisa, os monumentos que representam Sepé Tiaraju no espaço urbano, deslocamos a noção de rememoração e comemoração em paralelo à concepção de lugares de memória para completar a construção do aparato teórico. Com essa finalidade, colocamos em diálogo com a Análise de Discurso a noção “lugares de memória” elaborada pelo historiador francês Pierre Nora, em **Les Lieux de Mémoire** (1984), uma vez que as práticas que envolvem os lugares de memória desempenham uma importante função na memória coletiva de uma sociedade. Observamos o que Nora (1993) define enquanto lugares de memória:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade [...]. São os rituais de uma sociedade sem ritual [...]; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 12-13).

Os lugares de memória são espaços materiais, simbólicos e funcionais que conservam e guardam uma determinada memória social. Para Nora (1993), o motivo pelo qual se considera um lugar de memória reside em uma tentativa de parar o tempo, bloquear o esquecimento, imortalizar a morte, materializar o imaterial. Para o historiador, mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica, em seu entendimento, é preciso ter vontade de memória. Na falta da intenção de memória, os lugares de memória são apenas lugares de história.

Em uma releitura de Venturini (2008) sobre Nora (1993), a autora aponta que os “lugares de memória” requerem um olhar singular, uma vez que, como lugar

institucional, os lugares de memória atualizam o discurso *de* e autorizam um discurso *sobre*. Trazendo tal proposição para nosso objeto, entendemos que os monumentos enquanto lugares de memória funcionam também pelo discurso nesse eixo de constituição e de formulação. Para que isso funcione, retomemos o conceito de interdiscurso - todo dizer é sustentado por um já-dito que foi esquecido e que retoma sob a forma de dois eixos: o eixo vertical, representado pelo interdiscurso (constituição) e o eixo horizontal, representado pelo intradiscurso (formulação).

Nessa relação entre o já-dito (interdiscurso) e o que se está dizendo (intradiscurso), como explicita Venturini (2008), a constituição do interdiscurso representa todos os já-ditos e esquecidos que representam toda uma rede do dizível, enquanto o intradiscurso se define como tudo aquilo que está sendo dito em um dado momento tendo em vista determinadas condições. Em todo dizer, segundo a autora, ocorre esse encontro entre o eixo da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). Assim, podemos conceber que ocorre um encontro entre o discurso *de*, como rememoração, e o discurso *sobre*, como comemoração, de uma memória. E essa memória não é apenas um fio invisível e imaginário que liga o passado e o presente, acionando lembranças. Ela também é constitutiva dos sujeitos e dos discursos, é assimilada à constituição dos processos identitários, que afirmam/vinculam o sujeito a determinados espaços imaginários, conforme sintetiza Venturini (2008).

Esses pontos de estabilização constituem os traços de identificação pelos quais os sujeitos se reconhecem e reconhecem o outro, em um funcionamento no qual a FD seria a “matriz”, uma grade de leitura que faculta a interpretação. A aparente homogeneidade do funcionamento de uma FD dissimula a sua dependência ao “todo complexo com dominante” das FD 's ao complexo das formações ideológicas em que elas se inscrevem e a partir das quais significam. (VENTURINI, 2008, p. 44)

A rememoração faz com que o passado retorne como recordação, e, por outro lado, a interpretação desse passado ocorre de acordo com valores do presente. A rememoração possibilita que se instaure e se sustente um discurso de comemoração. Assim, a memória, apesar de comportar a falta e a falha, atualiza-se e é sustentada por discursos que retornam por um duplo funcionamento: como lugar que guarda vestígios dos objetos culturais que os rituais de comemoração convocam e celebram, e como o lugar em que esses objetos são ressignificados, não somente como rastros do passado, mas como um movimento contraditório de interpretação desse passado

em função de um presente e de um futuro. Para que um discurso e os eventos de comemoração tornem-se possíveis, comemorativos, é necessário, antes de tudo, institucionalizar o nome ou evento comemorado/celebrado, isto é, fazê-lo funcionar nos domínios de memória, como atualização (VENTURINI, 2008).

Retomando os lugares de memória, eles se fizeram necessário, de acordo com Nora (1993), crítica os lugares de memória, que, com o passar do tempo, pautados pela obsessão da sociedade em comemorar identidades, fez com que eles se tornassem comemoração. Tal conjectura, segundo o autor, fez com que as versões do passado que se legitimam se esvaziam pelo processo de comemoração. Nesse sentido, o objeto comemorado e reconhecido como herança passou a ser sempre institucional.

Ao direcionarmos essa formulação para nosso objeto de pesquisa, podemos então pensar que os monumentos que antes “para não deixar morrer a cultura de um povo”, enquanto prática de rememoração, de viver/reconstruir o passado, hoje se estabilizam enquanto comemoração e linearização dos sentidos. As instituições atuam como porta-voz dos lugares de memória/monumentos. O sujeito desse discurso é sempre o sujeito investido do poder para dizer o que diz. O passado legitima o presente por meio da institucionalização de práticas simbólicas que sacralizam nomes e eventos a serem comemorados e atualizados pelo lugar de memória (VENTURINI, 2008).

Isso significa que o passado atua como um discurso doutrinário que guarda valores a serem incorporados ao presente, tendo em vista um futuro. Na ausência de memórias espontâneas, o lugar de memória constitui arquivo, tomado no sentido que lhe deu Pêcheux (2014b): ‘como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’, especialmente em formações sociais em que a operação de memória não é mais natural, mas pensada em função das instituições (VENTURINI, 2009).

O sujeito é responsável pelo dizer institucionalizado, e, a partir do lugar de memória, que institui um “nós” coletivo vindo/ancorado em lugares na sustentação da rememoração/comemoração como o lugar que organiza, atualiza e distribui os dizeres e saberes que podem/devem entrar na ordem do discurso, como destaca Venturini (2008). Nesse funcionamento, a rede de sentidos, quando se trata do monumento, conforme explicitado, é uma rede horizontal, mas que não prescinde do eixo vertical. Uma formulação se estende sobre outras, tudo se passando no nível da formulação e

não atinge o nível da constituição do sentido de modo que não se sai do mesmo. Só se produz a variedade e não a mudança (ORLANDI, 2005).

Do ponto de vista do espectador, isso corresponde a leituras que são homogêneas. Uma formulação se transforma em várias outras sem que se toque no domínio da constituição, onde um sentido poderia vir a ser outro, na sua historicidade. Produz assim uma memória achatada, horizontal. Estaciona-se assim no conforto do sentido do já-dito em sua variedade, dos discursos possíveis (ORLANDI, 2005).

A grande questão é a de que se passa a vida sem jamais sair do domínio da formulação. Sem jamais tocar o domínio da constituição do sentido, onde há falha, há o sem-sentido, há o não-dito (ORLANDI, 2005). Se, no interior dessa rede, acontecimento não tem história, também não há metáfora e transferência, o sentido não desliza, só se multiplica.

A memória discursiva não é simétrica, nem fechada, e os sujeitos e as instituições, apesar dos efeitos de evidências de saturação do discurso institucional, não controlam o trabalho da memória, nem os espaços discursivos que ela reclama e faz funcionar, constituindo pelo discurso um imaginário urbano como um movimento contraditório de interpretação desse passado em função de um presente e de um futuro. Apesar da institucionalização da comemoração *de*, e aparente estabilidade nos dizeres, não significa que não possam aparecer discursos vinculados a outras formações discursivas. Nada impede o deslizamento de sentidos. O sentido se filia a uma rede de constituição e que todo discurso pode ser um deslocamento nessa rede de tal modo que haja mudança de sentido. E isso permite que os processos polissêmicos e parafrásticos entrem em cena (ORLANDI, 2005).

Podemos dizer, em relação a isso, que a rememoração fornece o modo de funcionamento da comemoração pelos gestos e rituais que se materializam no discurso pela institucionalização e pela legitimação da celebração de nomes ou eventos significativos para os sujeitos no espaço urbano (VENTURINI, 2008).

Os monumentos enquanto práticas simbólicas fornecem a representação da memória e se ressignificam como objetos culturais que representam um imaginário urbano as sociedades, ao longo de sua história, elaboraram para si um sistema articulado de idéias e imagens, de representações coletivas, que através delas e que se constituem as redes de identificações, as quais se articulam por meio de um imaginário social que inclui uma visão do passado tomado como ideal, em cuja esteira materializa-se um discurso centralizado em personagens idealizadas, criadas a partir

da rememoração (recordação) e da comemoração (celebração).

Podemos dizer, então, que os espaços urbanos se mantêm imaginariamente em torno da rememoração/comemoração. Desse processo, resulta a construção idealizada de identidades, que se transformam em patrimônios urbanos. “À memorização forçada somam-se às comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração” (RICOEUR, 2007, p. 98). Na perspectiva que adotamos, a memória se diferencia daquela individual, de modo que não funciona como memorização, já que não está na memória de um indivíduo. Ela funciona no coletivo, pelo social, histórico e memorial.

Por fim, o monumento trabalha para que a memória não trabalhe. Para que esteja sempre já lá um "conteúdo" bloqueando o percurso dos sentidos, seu movimento, sua historicidade, seus deslocamentos. Para que os discursos disponíveis com seus "conteúdos" fechados, estejam à mão. O monumento pode ser considerado como um espaço material concreto que funciona como um sítio de significação que demanda gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado em/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes. (ORLANDI, 2005). Dessa forma, o que é público, como os monumentos, são saturados pelo imaginário urbano, o que significa que esses sentidos estabilizados de certa forma também impedem que outros sentidos se formem. A autora (2005) pontua que os espaços simbólicos são comprimidos; os sentidos do “público” são submetidos à limitação do imaginário urbano e esse funcionamento impede o trabalho de novas necessidades da sociedade, de uma nova ordem, restringindo o trabalho do político.

3 (DES) CONSTRUINDO O OBJETO: o dispositivo teórico-metodológico

A teoria de Análise de Discurso pecheuxtiana, ao explorar a materialidade linguística do discurso, distancia-se da abordagem tradicional de análise de conteúdo, e se encaminha às sutilezas que constituem o jogo discursivo. No processo de observação das condições de produção do texto pelos vestígios linguísticos, se revelam as fissuras que o próprio funcionamento linguístico comporta, de modo que o analista, inicialmente, é desafiado a desconstruir o efeito de transparência da língua, mostrando que a leitura de um texto não se dá de forma linear. O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho, para se chegar a ele é preciso converter a superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico. Daí em diante, se sai do objeto acabado para se trabalhar com os efeitos de sentidos que o texto produz.

Assim, cabe ao analista compreender os processos envolvidos no funcionamento discursivo, amarrando o seu objeto de estudo com a teoria materialista. Nesse sentido, para orientar o movimento analítico dessa pesquisa, adotamos, sobretudo, os ensinamentos de Orlandi (2015), em **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. A obra se mostrou uma ferramenta indispensável para a construção de nosso aparato teórico-metodológico, nos mostrando que a AD, apesar de ser considerada uma disciplina de interpretação, segue determinadas regras e procedimentos.

Orlandi (2015, p. 60) considera que “por definição, todo discurso se estabelece na relação com o discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes”. Tal observação de que o discurso está sempre relacionado a outro anterior pressupõe um movimento entre os já-ditos e a formulação de uma atualidade, que abrange uma série de possibilidades, a depender dos interesses do analista.

O recorte, do ponto de vista discursivo, tem suas individualidades, ele é concebido como uma unidade marcada pela incompletude. O gesto de recortar permite ao analista criar uma relação de movimento entre o enunciado e suas relações externas, enquanto materialidades que se relacionam pela contradição e pela incompletude característica da língua. Nesses termos, uma análise também não será igual a outra, dado que cada material exige que o analista, de acordo com a questão formulada, mobilize conceitos que ele mesmo ou outro analista não mobilizaria, face às suas questões. Isto é, o aparato teórico-metodológico da AD permanece suspenso

e pode ser mobilizado de a depender do gesto de leitura pretendido pelo analista (ORLANDI, 2015).

Embora o dispositivo teórico envolva o dispositivo analítico, quando falamos em dispositivo analítico, estamos nos referindo ao dispositivo teórico já “individualizado” pelo analista. Daí decorre que o dispositivo teórico é o mesmo, mas o dispositivo analítico, não (ORLANDI, 2015). O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material e a finalidade da análise, ao passo que Orlandi nos orienta sobre como deve se dar essa construção.

A construção do dispositivo de análise resulta da alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Nesse lugar, ele situa, compreende, o movimento de interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Por isso, se diz que o analista do discurso não interpreta, ele trabalha nos limites da interpretação. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições. Para tanto, não se diz da análise que ela não é subjetiva mas que ela deve ser o menos subjetivo possível, explicitando o modo de produção de sentidos do objeto em observação” (ORLANDI, 2015, p. 62).

Perante ao objeto, Orlandi (2015) também enfatiza que uma análise não será igual a outra, cada material exige que o analista, de acordo com a questão formulada, mobilize conceitos que ele mesmo ou outro analista não mobilizaria, face às suas questões. Seria possível formular uma questão diferente, conceitos diversos, e diferentes recortes de um mesmo arquivo. Nesse sentido, o aparato teórico-metodológico da AD permanece sempre suspenso e é “acionado” de acordo com o recorte pretendido. De encontro a esse movimento, também a teoria e a análise se mantêm uma relação dinâmica entre o ir e vir e é difícil de se determinar onde uma análise inicia ou termina, funcionando como o movimento pendular (PETRI, 2013), é possível iniciar tanto pela teoria como pela análise dependendo de uma série de elementos.

Relembrando que, para a AD, o mais importante não é interpretar o discurso, mas, sim, compreender o gesto de interpretação na sua materialidade, como uma prática em que a interpretação sinaliza uma tomada de posição e, a partir dela, a análise do que sustenta o que se afirma. Nesse ínterim, o discurso enquanto processo social surge como um objeto histórico-social onde os elementos linguísticos funcionam como pressupostos e se oferecem como lugar de descoberta (FERREIRA, 2003).

A espessura discursiva também não comporta trabalhar com uma posição neutra, haja vista que a construção do dispositivo analítico se relaciona com a posição

discursiva e ideológica que o analista ocupa no discurso, pois é o mecanismo ideológico que estrutura os processos de significação. Isto é, o ato de recortar, enquanto ação praticada pelo sujeito, é tomado como gesto de interpretação, tal como destaca Orlandi (2015),

O que se espera do dispositivo do analista é que ele permita ao analista trabalhar não numa posição neutra, mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia. A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir (ORLANDI, 2015, p. 59).

Tendo em vista a tomada de posição do analista pela questão de pesquisa mobilizada é que se constitui o dispositivo analítico que resulta da questão proposta. Nossa próxima etapa consiste em delimitar nosso *corpus* analítico, o qual foi selecionado de acordo com as noções teóricas que tencionamos explorar, entre as principais delas o monumento, a memória, a rememoração, a comemoração; ou seja, nossa delimitação do objeto se deu pelo interesse de investigar tais conceitos, mas não menos importante foi a escolha do objeto, que igualmente nos instiga pela profusão de recortes que ele permite.

O arquivo, inicialmente, foi composto por diferentes materialidades que homenageiam Sepé Tiaraju no espaço urbano, como representações artísticas, culturais, literárias, poéticas e estatuárias. No entanto, optamos por focar nossa pesquisa nos monumentos, dado nosso interesse nos conceitos acima citados, e assim, o monumento aqui se singulariza enquanto formas arquitetônicas no espaço urbano. Foram selecionadas 2 estátuas para análise; uma localizada em São Luiz Gonzaga (RS), em frente à prefeitura; outra localizada em Santo Ângelo (RS). Em ambas as estátuas Sepé Tiaraju é a figura central, além disso, associada a cada uma das estátuas, consta uma placa de descrição do monumento que contribui para organizar os sentidos em torno dos monumentos. Também chama a atenção que, vinculado ao monumento localizado em Santo Ângelo, consta a inscrição “Esta Terra Tem Dono”.

Por fim, o terceiro monumento selecionado corresponde a um pórtico, cartão postal das Missões, localizado na entrada do município de São Miguel das Missões

(RS), que funciona discursivamente como um dispositivo de preservação de um dos mais importantes legados arquitetônicos da experiência jesuítica-guarani, o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo (imagem em anexo). Destaca-se, na parte central do monumento, a expressão escrita em língua guarani “Co Yvy Oguereco Yara” e, entre as figuras do pórtico, à frente dos demais, a figura de Sepé Tiaraju, que se expande.

Do ponto de vista discursivo, essas materialidades simbólicas funcionam na construção do imaginário missionário. Embora tenhamos delimitado nosso trabalho em três monumentos, incluímos, nos anexos de pesquisa, algumas outras materialidades que nos interessam, a fim de dar visibilidade à diversidade de materialidades simbólicas integradas ao imaginário urbano das Missões.

Ademais, feita a delimitação do nosso *corpus*, os aspectos visuais mais específicos de cada um dos monumentos serão explorados em conjunto com as imagens e o movimento analítico na seção seguinte. Retomando Orlandi (2015), não se deve perder de vista o estabelecimento do *corpus* que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o rege. Para tanto, seguimos esses fundamentos para dar forma ao dispositivo de interpretação, orientados pela nossa pergunta de pesquisa: como os monumentos constituem efeitos de sentidos na rememoração/comemoração de Sepé Tiaraju no espaço urbano?

Para direcionar nosso movimento de análise, com base na já mencionada obra de Orlandi (2015), em uma primeira etapa procuramos compreender a discursividade do texto, isso inclui a descrição do nosso objeto e a identificação dos sentidos que o monumento produz. Essa etapa é essencial para compreender a materialidade significativa, explicitando os aspectos visuais do monumento, como inscrições, imagens, símbolos considerados relevantes para a análise. Nesse movimento inicial, também construímos o objeto discursivo, desfazendo a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira. Desnaturalizamos a relação palavra-coisa e vislumbramos a configuração das formações discursivas inseridas em nosso objeto. Desnudamos outros dizeres possíveis e delimitamos as formações discursivas que intervêm no processo de constituição do texto, fazendo as palavras significarem isso e não aquilo, assim como comparar e contrastar os diferentes monumentos entre si, identificando regularidades e/ou divergências entre essas representações.

Na segunda etapa, a partir dos monumentos, procuramos relacionar as formações distintas - que foram observadas pelos diferentes jogos de sentido - com a

formação ideológica que rege essa relação. Nesse ponto é que se explicita a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos pela materialidade simbólica e que também, ao longo da análise, nos permite observar os efeitos metafóricos do discurso, que consiste, para Pêcheux (2014), em substituir o contexto em que o fenômeno semântico é registrado por outro, produzindo em deslizamento de sentido entre x e y, isso porque o processo de produção de sentidos está sujeito ao deslize, havendo sempre uma outra possibilidade, um outro, que o constitui em consequência das produções históricas.

A terceira etapa consiste em retomar a questão que orienta nossa pesquisa e que determina as características do material simbólico que submetemos à observação. Após observarmos os deslizes que constituem o discurso sobre o monumento, refletimos sobre os efeitos que são produzidos pelas propriedades que fazem com que o discurso seja x e não y, e de que modo esses sentidos sobre o monumento chegam até o observador. Além disso, apontamos nossa análise para o que Orlandi (2015) chama de “o não dizer”, uma vez que os sentidos também se constituem pelo silêncio inerente à linguagem.

Em resumo, os gestos de interpretação são considerados no domínio do simbólico, tal que, em seguida, damos início a nossa análise, buscando descrever e interpretar como os monumentos selecionados produzem efeitos de sentido, explicitando o funcionamento da memória discursiva na construção de discursos de rememoração e comemoração sobre Sepé Tiaraju que se desdobram.

3.1 GESTOS DE LEITURA: AS REPRESENTAÇÕES DE SEPÉ TIARAJU PELO/NO MONUMENTO

O legado deixado pela experiência jesuítica-guarani intervém junto aos valores culturais, sociais e históricos da população que hoje vive nas Missões, especialmente às famílias guaranis que ainda lutam pelo seu direito a terra e às suas memórias. As principais transformações no modo de vida dos indígenas da região são decorrentes da omissão do Estado na demarcação das terras guaranis. Também existem diversas comunidades Mbyá-guarani vivendo às margens das rodovias, o que, segundo Liebgott e Bonin (2010), não é uma opção, e sim uma condição que aos guaranis foi imposta em função do modelo de ocupação e de desenvolvimento regional e nacional.

A exclusão dos guaranis do modo de vida capitalista predominante nas principais cidades da região, repovoada majoritariamente por imigrantes europeus a partir do século XIX, inaugurou na região a necessidade de (re)afirmação dos povos nativos de propriedade e pertencimento a esse espaço. Esse movimento de resgate e valorização cultural Mbyá-guarani se deu aliado aos interesses institucionais de reconstruir memórias do passado por meio de narrativas históricas relacionadas aos Sete Povos das Missões, a partir da instituição de espaços de memória que abrangem essas vozes guaranis que foram silenciadas e invisibilizadas com a expulsão das famílias guarani do território dos Sete Povos das Missões.

Retomando Nora (1993), temos a necessidade de manter a memória viva, vista as ameaças desta memória que se propõe eterna, daí a importância da intervenção dos lugares de memória representados em nosso trabalho pelos monumentos para a construção de uma memória coletiva. O que se configura é uma disputa pelos sentidos, ainda que possa parecer uma negociação, é sempre a narrativa do mais forte, do vencedor que se perpetua seja nas formas escritas ou nas formas simbólicas.

A construção desses “lugares de memória” (NORA, 1993) não funcionam no sentido estático da institucionalização de uma memória, como já explicitamos anteriormente, o historiador entende que há uma mutação nas formas de estabilização da memória, posto que ela também funciona em sua relação com o político e o ideológico, o que nunca é individual e está também é uma relação efêmera e contraditória com o passado (RASIA, 2021). Isto é, a memória representa conteúdos imaginários que intervêm junto ao imaginário urbano e “o que deveria funcionar como “lugar da estabilidade” transforma-se no lugar de onde emerge a memória em movimento” (VENTURINI, 2009, p. 58-59).

Os sentidos que se organizam em torno dos monumentos sobre Sepé Tiaraju denotam uma série de discursos possíveis dentro de certas formações imaginárias em que os sujeitos se inserem. Se, por um lado, a memória se propõe como pétrea, no intento de eternizar; por outro lado, Rasia (2021) entende que a história tem mostrado que essa estrutura material não garante a permanência dos sentidos inicialmente rememorados.

Os pontos de deriva já se instauram na própria tentativa de cerceamento do sentido, quando o sujeito do discurso institucional se antecipa e coloca-se lá adiante, prevendo o lugar do dissenso. A ilusão de controle do dizer, constitutiva da evidência do sentido, apaga a regração de que se reveste qualquer monumento histórico, e, com isso, faz com que o sujeito do discurso

esqueça/apague também a necessária intrincação que há entre história e memória, no sentido de um laço constitutivo e necessário. (RASIA, 2021, p. 207)

Em outras palavras, a constituição de um arquivo como lugar de memória demanda que os sujeitos falem de lugares específicos ao realizar o gesto interpretativo sobre os monumentos.

Pêcheux (1975), por sua vez, afirma que o dizer de um sujeito inscreve-se, sempre, por identificação, em alguma formação discursiva que autoriza certos discursos e impede outros. Ou seja, o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz afetado pela ideologia e pelo inconsciente e, por conseguinte, seu dizer inscreve-se, sem que ele perceba, em uma formação discursiva determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou re-significar seu dizer.

Pode-se afirmar com Pêcheux, que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos do seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’, as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161). E Pêcheux é mais específico ainda ao afirmar que “a interpelação” do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito”.

Trabalhar com a memória discursiva que cerca os monumentos sobre Sepé Tiaraju implica trabalhar, ao mesmo tempo, com a sua dimensão vertical e com sua dimensão horizontal. A existência vertical dos enunciados e sua capacidade de serem repetidos é explicada pela noção de estrutura. Os saberes pré-existentes ao discurso do sujeito encontram-se no interior de uma estrutura vertical. Por outro lado, os saberes mobilizados pelo sujeito, em seu discurso, passam também a existir no interior de uma estrutura horizontal que corresponde ao intradiscorso, onde se encontra a formulação do sujeito, que consiste na forma que o enunciado tomou em seu discurso, após passar pelo processo de apropriação e sintagmantização. Tudo que precede autoriza a compreensão de que tanto a existência vertical quanto a existência horizontal dos saberes remetem para a noção de estrutura. E neste ponto de encontro de uma memória com uma atualidade, instaura-se o *efeito de memória*: os sentidos são rememorados, atualizados e ressignificados.

Apesar da memória instituída pelo monumento, organizar e orientar certos sentidos, criando uma linearidade e estabilidade de sentidos, não se deve perder de

vista que o” discurso relaciona-se com a língua na história e se constitui pela opacidade, pelo equívoco e pela falha” (2009, p. 59), isto é, os sentidos que os monumentos buscam fixar na memória de um grupo também podem sofrer com a interferência da exterioridade, produzindo outros gestos de leitura sobre o monumento.

Tal como pontua Venturini (2009, p. 64), é pela rememoração, enquanto discurso *de*, que os sujeitos filiam seu dizer a determinadas FD’s e falam “com palavras já-ditas”, que podem tanto cristalizar sentidos, como fazer intervir o diferente, instaurando o novo, pelo processo polissêmico”. O discurso de rememoração sustenta o discurso de comemoração pela repetibilidade dos já-ditos autorizando-o, ou não, em relação à FD, à qual o sujeito da enunciação se assujeita. Depreende-se daí que a rememoração e a comemoração não são processos isolados, mas estão intrinsecamente relacionadas. A rememoração pode estar presente nas práticas comemorativas, uma vez que a seleção e a valorização de eventos passados estão diretamente ligadas à memória coletiva. Da mesma forma, a comemoração também pode mobilizar a rememoração, buscando trazer à tona memórias que fortaleçam a narrativa celebrada.

O monumento, assim, não é apenas discurso *de*, mas caracteriza-se como um discurso *sobre*, em tom comemorativo, sempre sustentado no que foi dito-antes e que ancora o discurso sobre. Nesse sentido, os discursos *sobre/de* são orientados pelos valores que determinado grupo toma como ideias, desejáveis” (Venturini, 2009, p.72). Os monumentos sobre Sepé Tiaraju no espaço urbano, não só retomam os já-ditos, como também se formulam e se atualizam tendo em vista a construção desse sujeito imaginário que se projeta como quem “contempla” o monumento.

Desse modo, se produz um efeito de memória, esse movimento que conduz o retorno da memória, também permite, igualmente, a ruptura com a rede de formulação à qual o enunciado está relacionado e derivar para uma nova rede de formulações.

Cada monumento, portanto, constitui-se de uma memória, de um já-dito e se relaciona a outras memórias, formando uma rede discursiva que sustenta o evento comemorativo em uma dada formação social e aqueles sentidos que até então estavam esquecidos/silenciados pelo tempo voltam a circular e funcionar como um prisma em que os sujeitos podem se perceber e se identificar pela reatualização de uma memória, reafirmando e (re)criando uma memória, projetam-se determinadas

representações que são reforçadas pelas relações do sujeito com o passado (LE GOFF, 2013).

A noção de discurso, tal como a trabalhamos, aceita o jogo entre o estabilizado e o equívoco “em que o ‘pedagogicamente higienizado’ convive com o movimento indeciso das interpretações (ORLANDI, 1998, p. 11) em que o sujeito se inscreve na ordem dos efeitos do seu discurso. Essa relação com a interpretação e a possibilidade de transformação no sentido e no sujeito, mostram-nos que as coisas a saber são sempre tomadas em redes de memória nas quais os sujeitos se inscrevem filiando-se ao que os identifica, em que a ideologia está constitutivamente presente. Assim, o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente é o imaginário na constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória e essas são noções que funcionam ao nível da formulação e já são efeitos produzidos pela relação da instância de constituição do discurso com o imaginário (ORLANDI, 1998).

3.2 ENTRE A CRUZ E A ESPADA

O primeiro monumento (**figuras 1 e 2**) funciona como uma homenagem da cidade de São Luiz Gonzaga (RS/BR) a Sepé Tiaraju, localizada em frente à prefeitura local. Inaugurada em 19 de abril de 2006, sob a alcunha *Sepé Tiaraju São-luizense e Missioneiro*, com 2 metros de altura e 950 kg, é uma imponente estátua que é descrita por um placa que ajudam a compor o monumento, como “símbolo maior da resistência guarani diante ao desumano Tratado de Madrid”.

Figura 1 – Monumento “Sepé Tiaraju São Luizense e Missioneiro” em São Luiz Gonzaga



Fonte: Rua Venâncio Aires, nº 2438, junto à Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga – RS
Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1043/monumento-sepe-tiaraju.html>.
Acesso em 25 de março de 2023

Figura 2 – Monumento “Sepé Tiaraju São Luizense e Missioneiro” em São Luiz Gonzaga



Fonte: Rua Venâncio Aires, nº 2438, junto à Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga – RS
Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1043/monumento-sepe-tiaraju.html>. Acesso em 25 de março de 2023

A construção do enunciado que designa a obra é: “*Sepé Tiaraju São-luizense e Missioneiro*”. Como já explicitado anteriormente, o sujeito do discurso constitui-se à medida que ressoam determinadas posições-sujeito que resultam da conjuntura ideológica (conjunto de saberes) com os quais o sujeito se identifica. Para Indursky (2005), não é possível pensar em formação discursiva dissociada à noção de forma-sujeito e das posições-sujeito, de modo que as FD aparecem entrelaçadas à noção de sujeito, tal como formulado em nosso aparato teórico.

A noção de FD corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito. Visto desse modo, os saberes são regulados pela formação discursiva em que o sujeito se inscreve e esses são sempre dotados de unicidade

Em Pêchuex e Fuchs (2014), os autores entendem que as formações ideológicas comportam, necessariamente, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição e conjuntura. Logo, o gentílico “São-luizense e Missioneiro” aponta para um discurso institucional, ligado à construção do monumento, de vincular a figura de Sepé Tiaraju ao município de São Luiz Gonzaga e à região das Missões do Rio Grande do Sul. De acordo com as informações históricas, Sepé Tiaraju nasceu no povoado de São Luiz Gonzaga e essa designação reforça o vínculo de Sepé àquele espaço, construindo um elo do passado com o presente.

Também mobilizamos o que Venturini (2009), chama de “efeito de espelhamento”, em que o discurso institucional idealiza em Sepé valores com os quais a comunidade se identifica, ao passo que chama atenção às referências católicas presentes no monumento. Ou seja, os sujeitos do espaço urbano a partir dessa representação de Sepé podem, na ordem do simbólico, identificar-se como semelhantes ou iguais a Sepé.

Em outras palavras, o desejo de ser como Sepé cria um ideal imaginário do sujeito missioneiro, e isso se dá pelo efeito de apagamento de distâncias e diferenças entre o guarani e o presente, assim, cria-se a ilusão de uma unidade de sujeito, sobretudo quando Pêcheux introduz o que chamou de “tomada de posição” em que a reduplicação da identificação do sujeito como domínio discursivo fechado e homogêneo faz com que o sujeito se identifique plenamente com os seus

semelhantes, reduplicando sua identificação com a forma-sujeito que organiza o que pode ou não ser dito no âmbito de dada formação discursiva. Nesse tipo de FS só há espaço para a reduplicação dos sentidos, sem espaço para a diferença e a contradição (INDURSKY, 2005).

Essa reduplicação também é relativizada de acordo com Indursky (2005), pois a unicidade é da ordem do desejo e do imaginário do sujeito e seria o que Pêcheux chamou de o “bom sujeito”. Já a segunda modalidade, a contra-identificação do sujeito, o coloca como o “mau sujeito”, uma vez que a tomada de posição do sujeito se distancia e questiona os saberes dessa FD. Cabe frisar que tanto a identificação plena como a contra-identificação com os saberes da FD, ocorrem no interior da FD. Quando reduplicação da identificação não é completa, ocorre um certo recuo que permite a instauração da diferença e da dúvida que são responsáveis pela constituição da contradição no âmbito dos saberes da FD.

Indursky (2013) explica que a memória funciona como um pano de fundo para a interpretação de uma nova formulação e seus efeitos de sentido, conferindo à memória discursiva a reverberação de sentidos que se cristalizam por práticas discursivas de uma memória social. Portanto, a figura de Sepé retoma certos saberes relacionados a dada formação discursiva e silencia outros que não se inscrevem nessa FD.

A repetição da presença de Sepé no mobiliário urbano e na cultura regional ajuda a reforçar determinados sentidos e silenciar outros. Como aponta Indursky (2013), toda materialidade carrega traços do discurso que a conectam a já-ditos anteriores e exteriores a ela mesma, de modo que o mesmo enunciado, mesmo que retomado, possa ser ressignificado.

Na placa de descrição do monumento (**figura 3**), consta: de acordo com a lei nº 12.366, de 03 de novembro de 2005, Sepé é *Herói Guarani Missioneiro Rio-grandense* e pela lei federal nº 12.032 de 2009, é considerado o primeiro são-luizense escrito no **Livro Nacional dos Heróis da Pátria**.

Figura 3 – Placa descritiva localizada abaixo do monumento “Sepé Tiaraju São Luizense e Missioneiro” em São Luiz Gonzaga



Fonte: Rua Venâncio Aires, nº 2438, junto à Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga – RS.
Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1043/monumento-sepe-tiaraju.html>.
Acesso em 25 de março de 2023

O termo “Herói”, marca uma designação específica desse sujeito e dos sentidos a ele associados. A necessidade da afirmação de que Sepé é herói demonstra que os sentidos associados ao seu nome, ao longo da história, nem sempre se deram de forma linear. Para as instituições como o Estado e a Igreja, Sepé foi considerado um rebelde e, nesse sentido, nunca houve reparação da Igreja Católica, apesar da iniciativa popular de santificar o herói. Afinal, a canonização de Sepé pela Igreja, equivalia a assumir os erros do passado cometidos em nome da Fé. Com relação ao discurso institucional do Estado, a “reparação” das injustiças cometidas contra o povo guarani se deu pela criação de espaços de conservação e preservação da cultura Mbyá-guarani.

Em consonância a essa necessidade de afirmação, os termos “Guarani”, “Missioneiro” e “Rio-grandense” atualizam a relação imaginária daqueles sujeitos com

a ancestralidade indígena, de modo que o sujeito da atualidade se significa com sua relação com o passado.

A descrição da placa interfere significativamente na construção de sentidos do monumento. Sepé é proclamado símbolo maior da resistência guarany, tal que a seleção lexical de “resistência” aponta para sentidos relacionados a uma contestação das formas de poder dominante na sociedade na época, inscrevendo o monumento em uma formação discursiva que questiona os saberes relacionados a essa FD dominante. Nesse sentido, “resistir” é subverter a ideologia dominante.

O termo “guarany” grafado com “y” também pode ser considerado como afirmação/pertença a determinada formação discursiva, como identidade, resgate cultural do tupi-guarani, uma vez que não existe a letra “i” grafada nesse idioma, a forma utilizada ocorre com “y”.

Já a declaração: “a defesa é um direito de todo ser humano”, reforça a ideia de que os Sete Povos das Missões, apesar de sua formação católica, em que a paz deve ser um objetivo, não aceitaram passivamente a destruição de sua terra, de seu modo de vida. Assim, diferente do que seria um ato de rebeldia, o enunciado “a defesa é um direito de todo ser humano”, legitima o uso da violência para defesa de suas terras, mostrando que a defesa é um princípio fundamental. Assim, Sepé não representa um ato de bravura individual, mas um ato em prol da defesa da nação guarani diante das injustiças cometidas pelas Coroas de Espanha e Portugal e pela “Santa Igreja Católica”.

Com relação aos efeitos de sentido que a estátua produz, a cruz missioneira, acima da cabeça de Sepé, se sobressai na imagem, indicando a subjugação de Sepé Tiaraju a uma formação discursiva religiosa. Já nos entremeios, a cruz acima da cabeça marca a dominação espiritual, a imposição religiosa sobre a espiritualidade nativa. Ao posicionar a cruz dessa maneira, o monumento pode aludir a discursos históricos que sustentam a ideia de uma missão civilizadora europeia em nome da fé.

O gesto de Sepé de erguer a cruz sobre sua cabeça, não apenas sublinha a aceitação de uma ideologia dominante, como também a incorporação dos dogmas religiosos em detrimento da espiritualidade indígena, sugerindo uma negociação cultural entre o modo de vida indígena e a religião católica.

Retomando a placa de descrição do monumento, quando em diálogo com a estátua, redefine os elementos visuais da imagem, conforme consta na placa “a cruz acima da lança demonstra que a paz **deve** ser o objetivo de todos os povos”, essa

definição orienta como a leitura do monumento “deve” ser feita e reforça uma formação discursiva institucional em que os valores religiosos prevalecem sobre o modo de vida dos guaranis.

Já a lança, quase sempre associada à guerra, está abaixo da cruz, demonstrando que o intento principal deve ser a paz. Sendo uma arma tradicional da cultura indígena, ela também reforça a conexão com a terra, além de afirmar perante o inimigo, o poder de Sepé.

A partir dessas considerações sobre o primeiro monumento, podemos compreender que o monumento, como lugar de memória, não apenas impede o esquecimento do passado, mas reatualiza uma memória e organiza os sentidos sobre Sepé Tiaraju e as Missões Jesuíticas, além de colocar em relevo a preservação cultural e o resgate histórico do passado, o discurso institucional é orientado por uma prática discursiva religiosa em que “o passado atua como um discurso doutrinário que guarda valores a serem incorporados ao presente, tendo em vista um futuro” (VENTURINI, 2009, p. 60).

Na ausência de memórias espontâneas, o lugar de memória constitui arquivo”, “aquela que não esquece; memória que as instituições mantêm, alimentam e disponibilizam, num processo de institucionalização, cristalização de sentidos” (ORLANDI, 2017, p. 78). Ao examinarmos o funcionamento ideológico costurado aos discursos do/sobre o monumento, entrevemos que o gesto de leitura sobre o monumento se sustenta a partir de uma rede de dizeres pertencentes a uma formação discursiva religiosa. Enquanto lugar institucional, o monumento que rememora/comemora Sepé Tiaraju coloca em perspectiva os processos de identificação dos sujeitos com a conjuntura política sócio-histórica.

A memória que constitui o monumento emerge da formação social e transforma um lugar material em lugar de memória de arquivo em que estão envolvidos certos processos de seleção do arquivo “que evidencia ou silencia e apaga fatos, de acordo com a inscrição do sujeito responsável pelo dizer a uma ou outra FD que invade a FD da rememoração/comemoração” (VENTURINI, 2009, p.59)

Assim, apesar de o objeto discursivo ser o mesmo, o que é rememorado e o que é apagado pelo monumento depende dessas distintas formações discursivas em que o sujeito pode se inscrever.

Compreendemos que a reflexão em torno do monumento 1, desafia os sentidos, e é também um campo de disputa ideológica, pois se de um lado ele pode

ser tomado como elemento de resistência, de narrativa de contestação à ideologia dominante, dando voz a sujeitos e discursos marginalizados, por outro lado, como discurso institucional, ele se constitui como uma tentativa de impor determinados sentidos e memórias a um determinado grupo.

3.3 “ESTA TERRA TEM DONO”

Figura 4 – Monumento em homenagem ao herói indígena Sepé Tiaraju



Fonte: Santo Ângelo, em frente ao Museu Municipal. No suporte sobre o qual Sepé aparece, há a inscrição “Esta terra tem dono” frase atribuída ao herói. Imagem disponível em: <https://portaldasmissoes.com.br/site/view/id/139/monumento-ao-sepe-tiaraju.html> . Acesso em 12 de dez. de 2022.

Nosso segundo monumento (**figura 4**) localiza-se na cidade de Santo Ângelo (RS/BR), em frente ao Teatro Municipal Antônio Sepp. Foi projetado por Rudá Rockembach e executado pelo artista local Olindo Donadel. Na obra, estão presentes três guaranis, dois homens e uma mulher, de modo que Sepé Tiaraju se impõe acima da família Guarani. A escultura esculpida na década de 1960, em pedra grês e arenito rosa, também leva uma inscrição ao centro “Esta Terra Tem Dono”.

Na atualidade, a expressão “Esta Terra Tem Dono”, é retomado na região das Missões e surge como uma representação que ajuda a fabricar uma identidade missioneira de relação com o passado. O enunciado que hoje é retomado, apesar da mesma construção sintática, também passa por uma mudança de sentido, conforme

exploramos mais abaixo, pois, de acordo com Pêcheux (2006, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferentemente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Também, junto ao monumento, consta uma placa lateral descritiva (**figura 5 e 6**).

O monumento é uma homenagem aos índios missioneiros, em especial a Sepé Tiaraju, líder da resistência indígena, pelo seu heroísmo e resistência durante a Guerra Guaranítica (1754 – 1756). Sepé morreu lutando pelo direito dos guaranis que permaneceram nas terras missioneiras. (PLACA DE DESCRIÇÃO VINCULADA AO MONUMENTO EM HOMENAGEM A SEPÉ TIARAJU)

Figura 5 – Monumento em homenagem ao herói indígena Sepé Tiaraju



Fonte: Santo Ângelo, em frente ao Museu Municipal. No suporte sobre o qual Sepé aparece, há a inscrição “Esta terra tem dono” frase atribuída ao herói. Imagem disponível em: <https://portaldasmissoes.com.br/site/view/id/139/monumento-ao-sepe-tiaraju.html> . Acesso em 12 de dez. de 2022.

Figura 6 – Monumento em homenagem ao herói indígena Sepé Tiaraju



Fonte: Santo Ângelo, em frente ao Museu Municipal. No suporte sobre o qual Sepé aparece, há a inscrição "Esta terra tem dono" frase atribuída ao herói. Imagem disponível em: <https://portaldasmissoes.com.br/site/view/id/139/monumento-ao-sepe-tiaraju.html> . Acesso em 12 de dez. de 2022.

A presença de Sepé Tiaraju no topo da imagem, associado à expressão "Esta Terra Tem Dono" faz funcionar a soberania do líder diante dos demais. A inclusão de uma família guarani reforça a ideia de coletividade característica das famílias guaranis. Associada à imagem, a placa de descrição da estátua fornece uma contextualização histórica do monumento. Ao declarar Sepé Tiaraju como líder da resistência indígena, a placa enfatiza a importância de sua figura como um símbolo de resistência contra as incursões coloniais. A referência à Guerra Guaranítica ressalta a luta intensa travada pelos guaranis contra as forças coloniais, colocando Sepé como herói.

A menção de que Sepé Tiaraju "morreu lutando pelos direitos das terras missioneiras" manifesta o sacrifício pessoal em prol da causa. Essa ênfase na morte, como parte da luta, reforça a magnitude da resistência indígena e, ao mesmo tempo, mostra que a terra é essencial para a cultura guarani.

Com relação à expressão "Esta Terra Tem Dono", é historicamente atribuída a Sepé Tiaraju, de acordo com Brum (2007), é uma associação equivocada, pois, segundo fontes documentais e bibliográficas, a frase teria sido proferida pelo cacique

Guairacá, 200 anos de Sepé. Apesar de toda a discussão em torno do enunciado, o certo é que ele se vincula ao nome de Sepé Tiaraju e reverbera até hoje no imaginário missioneiro.

O enunciado "Esta terra tem dono" se insere em uma formação discursiva que remete à propriedade, posse e controle territorial. Essa formação discursiva é construída socialmente e carrega consigo ideias, valores e relações de poder relacionados à propriedade. Tal formação discursiva admite ou exclui em seu interior certos saberes, a retomada do enunciado "Esta terra tem dono", enquanto já-dito que se insere nessa nova formulação, pode ser tomado como discurso de resistência política ao discurso dominante que hoje se perpetua na região. Como forma de marcar pertença a determinado ancestralidade e reivindicar o direito ao espaço urbano, o grito de guerra atribuído a Sepé Tiaraju vinculado ao monumento marca a posição-sujeito em que o discurso de inscreve.

A afirmação de que a terra "tem dono", não apenas reivindica a propriedade, mas também comunica um profundo sentido de pertencimento. A terra não é apenas um recurso, mas um componente intrínseco à identidade e à história dos guaranis. Do ponto de vista da AD, o enunciado retoma já-ditos e estabelece uma narrativa de resistência do sujeito indígena com a terra. Esse discurso contribui para a subversão das relações sociais e de poder associadas à propriedade da terra.

Também, há de se considerar o contexto de produção que envolve o enunciado. A afirmação "Esta terra tem dono" pode evocar elementos históricos de colonização, disputas territoriais ou movimentos de resistência que moldam as representações e significados associados à propriedade da terra. As disputas pelos sentidos em torno de Sepé Tiaraju são frequentes na região, conforme Brum (2017)

As constantes referências a Sepé Tiaraju, põem em relevo o seu valor simbólico na construção das identidades regionais sulinas, uma vez que, por um lado, o gauchismo integra sua figura aos seus discursos designando-o como "primeiro caudilho rio-grandense", "fundador de uma genealogia de bravos" e, por outro lado, existem disputas pelo poder de nomeá-lo como "bandeira" de transformações sociais no estado. Há inúmeros CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) e Piquetes que se referem em seus nomes a Sepé Tiaraju, bem como poesias e músicas regionalistas que narram sua história, e ainda há monumentos que representam sua figura, narrativas tradicionais que o santificam e o espetáculo de Som e Luz, encenado em São Miguel, que o apresenta como herói, além de sua menção pelo pacote turístico Caminho das Missões, que concebe Sepé Tiaraju (uma das estrelas do cruzeiro do sul) como o Guia dos peregrinos. (BRUM, 2017, p. 223)

Essa profusão de efeitos de sentidos em torno de Sepé faz ressoar os deslizos que também fazem discurso. Apesar de o nosso foco não ser a reflexão em torno dos deslizos do nome de Sepé, é importante trazer à luz as disputas que envolvem a região, pois grupos, principalmente vinculados ao gauchismo, aos movimentos tradicionalistas, inspiram-se na liderança guarani como fundadora de uma genealogia de bravos, de valores campestres.

Em contrapartida, Sepé e seu grito de guerra também aparecem vinculados a uma polêmica na região de São Gabriel que vem ocorrendo desde o ano de 2003, de acordo com Brum (2007)

Sepé foi mencionado pelo Movimento dos Sem-terra (MST), que batizou sua marcha de Sepé Tiaraju. Ao longo da marcha, seu estandarte foi carregado como símbolo da luta pela terra e Sepé passa a ser considerado como protetor dos excluídos. Por seu turno, os ruralistas da região de São Gabriel batizaram seu movimento de oposição aos sem-terra com o slogan “alerta: esta terra tem dono” (Brum, 2007, p. 225).

Deslocando essa disputa de sentidos em torno do nome de Sepé e do já referido enunciado para o nosso campo de pesquisa, percebemos que um mesmo enunciado pode comportar diferentes formações discursivas, uma vez que é pelo funcionamento da narratividade que vinculamos o sujeito a certos espaços. De um lado temos um grupo ligado ao MST, que se autodenomina “Sepé Tiaraju” e outro ligado ao movimento dos ruralistas que reatualizam os sentidos em torno do enunciado “Alerta: esta terra tem dono”.

O movimento “alerta, essa terra tem dono” foi produzido em condições específicas, e desliza para outras redes de sentido, como nos ensina Orlandi (1998, p.12) “os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não detemos controle e nos quais o equívoco, ou seja, a ideologia e o inconsciente, está largamente presente”. Esse já-dito quando retomado funciona como um pano de fundo para a interpretação de uma nova formulação. Como depreende Indursky (2013), toda materialidade carrega traços do discurso que a conectam a já-ditos anteriores e exteriores a ela mesma, de modo que o mesmo enunciado, mesmo que retomado, possa ser ressignificado.

Ainda segundo Orlandi (1998), existe uma relação contraditória entre a paráfrase e a polissemia como eixo que estrutura o funcionamento da linguagem em relação ao mesmo e o diferente, enquanto na paráfrase teríamos a reiteração do

mesmo, na polissemia, se produz a diferença. Mostrando que o que decide como o sentido se constitui não são as condições de produção imediatas, mas a incidência da memória, do interdiscurso. O que é relevante para o processo de significação é determinado pela sua relação com a memória.

Diante da construção e seleção sintática do enunciado “Alerta: esta terra tem dono”, a advertência indica que alguém reivindica aquela terra. Mas que terra é essa? Seria essa a mesma terra pela qual Sepé Tiaraju lutou? Seriam os mesmos donos? A terra retomada pelo enunciado carrega uma memória vinculada ao grupo que a reivindica, mas não é a terra de Sepé. “Essa terra” se inscreve em um tempo diferente e reafirma a posse da terra dos ruralistas diante do MST, pois o pronome demonstrativo “esta”, marca uma proximidade do locutor com o objeto referido. O substantivo “terra”, aponta para um espaço geográfico delimitado. Logo, os termos “Esta terra”, não poderiam ser substituídos “aquela terra “. “Esta terra” indica que o locutor está na terra no referido momento do enunciado. Na sequência, “tem dono”, o verbo “ter” conjugado no presente do indicativo, aponta para um tempo específico, o presente. Se mudássemos o tempo verbal para “teve dono”, “terá dono” “se teria dono”, implicaria em uma mudança de sentido. De modo que quaisquer sujeitos que não fossem aqueles que viveram naquela terra naquele momento, não seriam os donos dela. Há, também a necessidade de indicar a posse sobre algo, denota que há um outro envolvido que contesta a posse da terra como propriedade, discurso jurídico.

Portanto, os eventos discursivos em questão apontam todos para diferentes formações discursivas em que os sujeitos se inscrevem. Os sujeitos e sentidos ali envolvidos retomam os já-ditos e os atualizam, e como resultado dessas diferentes formações que os sujeitos se inscrevem, as palavras criam diferentes redes de significância, de acordo com a posição de quem as sustenta.

Dessa forma, a memória funciona como um pano de fundo para a interpretação dessa nova formulação, (re)afirmando o pertencimento do sujeito a certos espaços discursivos (INDURSKY, 2013). Pelo discurso é possível compreender que há diferentes formações discursivas em funcionamento, tais como, a regionalista, a do MST, a dos ruralistas, por exemplo, que compõem o espaço urbano e sustentam sentidos outros que não se inscrevem junto ao monumento. Essas diferentes formulações discursivas significam pela memória discursiva que nos mostra que os efeitos do enunciado na atualidade se produzem também pelos deslizos e pela ruptura que instaura efeitos de sentidos outros.

Os deslizes que um enunciado pode produzir, retomando as noções de rememoração/comemoração, ocorre pois é pela noção de rememoração, enquanto discurso *de* que os sujeitos filiam seu dizer a determinadas FD's e falam com palavras já-ditas constitutivas de redes parafrásticas, que podem tanto cristalizar sentidos, como fazer intervir o diferente, instaurando o novo, pelo processo polissêmico (VENTURINI, 2009), em que o enunciado “Esta Terra Tem Dono”, ganha diferentes interpretações e variações de sentido, como base nos diferentes contextos discursivos em que ele é retomado.

3.4 “CO YVY OGUERECO YARA”

O último monumento selecionado (**figura 6**), distingue-se enquanto pórtico do município de São Miguel das Missões (RS/BR), localizado na RS 536 a 16km do centro do município. O pórtico é um monumento em homenagem aos Missioneiros e possui esculturas que representam São Miguel Arcanjo, homens, mulheres e crianças da nação Guarani, entre eles destaca-se a figura de Sepé Tiaraju com o olhar para o horizonte, tendo embainhado na cintura uma espada. A expressão “Co Yvy Oguereco Yara”, aparece em destaque no centro do pórtico, traduzida para o português, significa “Esta terra tem dono”.

Figura 6 – Pórtico de São Miguel das Missões, RS



Fonte: Localizado na RS 536, na entrada da cidade de São Miguel das Missões/RS. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1045/portico-de-sao-miguel-das-missoes.html>
Acesso em 24 de março de 2023.

Ao apresentar São Miguel Arcanjo e as figuras da nação Guarani, o pórtico cria uma atmosfera simbólica que remete à história missioneira. A presença de Sepé Tiaraju destaca a resistência indígena, conferindo à entrada da cidade de São Miguel das Missões (RS) uma aura histórica e cultural.

A representação de Sepé Tiaraju carregando na sua cintura uma espada, caracteriza-o como símbolo militar na defesa das terras guaranis. A posição de Sepé à frente do pórtico o coloca como protetor, evocando a memória da Região. As vestimentas de Sepé também atestam a incorporação indígena aos princípios morais provenientes da 'civildade' e do catolicismo.

A ideologia dominante em que os sujeitos de um determinado grupo se inscrevem orienta o modo pelo qual os sujeitos se percebem e dão sentido ao mundo a sua volta. A exemplo das vestimentas e da espada do monumento em homenagem a Sepé Tiaraju, projeta-se pelo monumento que a visão de mundo que domina e incide sobre o objeto representado o vincula a um modo de vida europeu, uma vez que os

elementos que culturalmente constituem o modo de vida indígena estão subjugados a indumentária europeia como o casaco, a calça e a espada.

A inscrição "Co Yvy Oguereco Yara", em guarani, traduzida como "Esta terra tem dono", constitui-se como uma forma de resistência linguística e política, resgatando e valorizando os antepassados indígenas, mostrando que o idioma e a cultura guarani devem ser preservados, reforçando a identidade local e a propriedade dos guaranis sobre aquelas terras.

Nosso interesse sobre a constituição do pórtico "Co Yvy Oguereco Yara" se dá visto que ele, ao reunir elementos que rememoram um passado, (re)criam uma narrativa histórica de simbiose entre valores cristãos e indígenas, que são reatualizados na região pelo interdiscurso.

O enunciado "Co Yvy Oguereco Yara" em tupi-guarani se lança em meio ao pórtico da São Miguel das Missões e incide como gesto de resistência política na região. É importante destacar a dinamicidade do aspecto da língua dos guaranis. Liegott e Bonin explicam que os guaranis mantinham, de um modo geral, a comunicação cotidiana em sua própria língua, sendo o português e o espanhol línguas utilizadas para estabelecer relações com os outros.

O retorno desse enunciado no pórtico do município de São Miguel das Missões, nos dá, conforme Orlandi (2017, p. 310), uma percepção atualizada dos sentidos, ainda segundo a autora, "o modo como a memória se diz no sujeito, pela narratividade, atesta os processos identitários e os efeitos ideológicos, na constituição do sentido". Logo, o imaginário missioneiro é determinado por essa relação com a memória, (re)atualizando dizeres, a fim de colocar em funcionamento a narratividade do monumento e dos sujeitos ali envolvidos.

O monumento é uma reatualização constante da memória, reforçando a identidade cultural e a história do povo guarani, sinalizando para a necessidade de se criar e se manter um sujeito a ser lembrado/comemorado, legitimando também uma memória histórica (VENTURINI, 2008). O discurso *de/sobre*, se dá uma vez que o enunciado ao ser retomado, funciona como um fio invisível e imaginário que liga presente e passado.

É pelo simbólico que a cidade e os sujeitos que a habitam significam e reafirmam o seu pertencimento ao espaço pelas filiações identitárias que os inscrevem a redes de memória. A repetição da presença de Sepé no mobiliário urbano e na cultura regional ajuda a reforçar determinados sentidos e silenciar outros. Como

aponta Indursky (2013), toda materialidade carrega traços do discurso que a conectam a já-ditos anteriores e exteriores a ela mesma, de modo que o mesmo enunciado, mesmo que retomado, possa ser ressignificado.

Assim, o enunciado “Essa terra tem dono” foi proferido em condições de produção específicas. A partir dessa construção, entende-se que os donos da terra são os que ali vivem, a organização societal que se organizou em torno da redução de São Miguel. O enunciado é uma afirmação clara sobre a terra, ela não pertence a qualquer um e a todos, ela tem dono. Embora se tenha a necessidade de verbalizar essa afirmação, indica que nem todos compartilhavam dos mesmos sentidos, visto que é necessária essa afirmação pelos donos da terra. É posto em questionamento a legitimidade sobre o domínio daquela terra. O que depreendemos é, pois, a existência de um outro que questiona sobre a posse da terra.

Na atualidade, o mesmo enunciado, “Esta terra tem dono”, é retomado na região das Missões e aparece como uma representação que ajuda a fabricar uma identidade missioneira de relação com o passado. O enunciado que hoje é retomado, apesar da mesma construção, passa por uma mudança de sentido.

Dessa forma, entendemos que a presença de Sepé Tiaraju, no espaço urbano das Missões, contribui para a constituição de um determinado imaginário missioneiro. Para tanto, é, sobretudo, por meio do funcionamento da memória que podemos compreender como dizeres retornam e produzem efeitos de sentido. O conceito de memória, para a perspectiva discursiva, é entendido não pela psicologia da memória individual, mas é por meio do entrecruzamento de sentidos da memória mítica e da memória social, inscrita em determinadas práticas. Achard (1999) aponta que a memória discursiva se estabelece a partir de implícitos, produzindo uma estabilidade que, sob a repetição, produz regularidades e remissões.

Assim, o efeito do enunciado na atualidade, indica que existe uma identificação com o povo missioneiro como os donos da terra. Embora discursivamente, essa identificação contenha em seu fundo uma problemática, esse discurso ou o deslize dele, organiza-se em torno de um apagamento histórico, uma vez que os donos da terra, Sepé e os guarani, foram, em grande parte, assassinados pelas Coroas portuguesa e espanhola. Não se toma só a vida do povo indígena, mas também o próprio brado ganha novos sentidos na história, criando a ideia de pertencimento, identidade e dando legitimidade da terra ao homem missioneiro que ali vive.

4 PARA EFEITOS DE FECHAMENTO

O funcionamento do simbólico de Sepé na formação de uma memória missioneira atravessa o tempo e se singulariza pela construção de identidades e sujeitos dentro do espaço urbano. Deparamo-nos com uma complexa rede de sentidos, que vai além da mera materialidade estática desses artefatos. Os monumentos sobre/de Sepé Tiaraju que integram o imaginário urbano e surgem como um ponto de referência que desafiam as narrativas históricas tradicionais, oferecendo uma perspectiva há muito negligenciada. O retorno de seu nome coloca em perspectiva sua importância não só para a região missioneira, como também para a construção de uma história sul-rio-grandense.

Nesse sentido, o enunciado, “Esta terra tem dono”, reverbera até os dias atuais como memória na região, uma vez que o passado é retomado como motivo de orgulho. As homenagens, no espaço urbano, com monumentos que se erguem em nome de Sepé, ruas que levam seu nome, escolas, além de aparecer na cultura popular, literatura e música etc., colocam em circulação uma memória institucionalizada, regulada por documentos/monumentos que fixam a história oficial, narrativas feitas pela voz que detém o poder da palavra, o colonizador, e não o silenciado, o colonizado.

Assim, buscamos “cavocar na ferida”, trazer para a reflexão os deslizos e equívocos da linguagem, que, pelos efeitos do tempo e da repetição do enunciado, faz com que os sentidos deslizem e o enunciado torne-se outro, deslocando significações e encaminhando para o diferente, que Orlandi designa de polissemia. Em outras palavras, a linguagem tem a capacidade de, no seu próprio interior, deslocar e constituir efeitos de realidade, pela atualização de dizeres. Além disso, pode também apagar e silenciar grupos que se opõem à lógica dominante da sociedade capitalista.

Tendo em vista nosso interesse, entendemos como o discurso em torno de Sepé é determinado por uma historicidade, a qual trabalha para que se instaure e funcione a estabilização de sentidos, sedimentando determinadas relações políticas e ideológicas, que legitimam a lógica capitalista. Assim, para compreendermos o funcionamento da historicidade no processo discursivo, a “materialidade não se reduz ‘ao que está dito’, ou ao ‘dado’ de qualquer natureza que seja” (ORLANDI, 2012, p. 70). Essa questão vincula-se, segundo Orlandi (2004), a “um deslocamento

fundamental, nos estudos da linguagem, permite passar do dado para o fato. Este deslocamento, por sua vez, nos coloca no campo do acontecimento linguístico e do funcionamento discursivo” (2004, p. 36).

A noção de dado, desse ponto de vista, não possui ‘um valor operatório positivo’ (produto), visto que não trabalhamos com evidências, buscamos desconstruí-las, compreendendo o seu processo de produção (2004, p. 44). Assim, “não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico”, que nos leva à interpretação, e esta à questão do real e da exterioridade, passíveis da falta e da falha.

Na AD, “a exterioridade não tem a objetividade empírica do ‘fora’ da linguagem, [...] [ela] é suprimida para intervir como tal na textualidade. É isto que chamamos discursividade. Trata-se portanto de pensar a exterioridade discursiva/constitutiva” (Orlandi, 2004, p. 38). Esta, por sua vez, é compreendida na AD pela noção de interdiscurso.

Diante disso, entendemos que a constituição do imaginário missioneiro é determinada pela circulação, no espaço urbano, do herói indígena Sepé Tiaraju. O modo como o discurso em torno de Sepé é rememorado/comemorado no espaço urbano da região das Missões/RS, coloca em funcionamento uma determinada narratividade, sendo esta “Uma maneira de flagrar a memória em seu funcionamento” (ORLANDI, 2017, p. 309). A mesma autora pontua que

narratividade é funcionamento, inscrição do que, na AD, denominamos historicidade: relação do discurso com sua exterioridade, relação entre sujeito, memória discursiva, ou interdiscurso, e condições de produção. Considero a narratividade – tomada no funcionamento da memória -, em sua definição, como o modo como a memória se diz, se reporta, vinculando o sujeito individuado a espaços de interpretação, em práticas discursivas determinadas (p. 313).

Tendo em vista nosso interesse e tais questões teóricas, podemos dizer que é pela “atualização da memória” que o discurso em torno de Sepé retorna e produz efeitos de sentido no espaço urbano da região das Missões/RS. O imaginário missioneiro é determinado por essa relação com a memória, (re) atualizando dizeres, a fim de colocar em funcionamento uma narratividade, ou seja, uma versão sobre os fatos históricos.

Assim, ao manusearmos os fios que compõem a tapeçaria discursiva, atentamos para não cairmos na armadilha da simplificação excessiva ligados a

constituição dos sentidos em torno do monumento. Através de uma análise discursiva, mergulhamos na linguagem inscrita nestes monumentos, desenterrando camadas que se articulam na composição de um imaginário missioneiro. Observamos a coexistência de diferentes formações discursivas, onde diferentes grupos sociais adotam interpretações diversas, refletindo a diversidade de formações discursivas inerentes à sociedade.

A memória, entendida não como um ato individual, mas como um jogo social, (re)produz discursos que ressoam na construção da identidade cultural e histórica. Na paisagem urbana, Sepé Tiaraju não é apenas uma estátua de pedra; ele é um eco do passado que informa, desafia e oferece leituras possíveis. O monumento torna-se uma referência para os habitantes das Missões para a recuperação e valorização de seu passado, particularmente para os povos Mbyá-guarani que historicamente sofreram com a desapropriação de suas terras e a marginalização de seu povo.

Na perspectiva em que nos situamos, as palavras finais nunca são finais, mas funcionam como reticências, pois o discurso é um processo que se constitui pela falta, pelos sentidos-outros, pelo possível, por aquilo que não foi escolhido mas está lá.

É pelo simbólico que a cidade e os sujeitos que a habitam significam e reafirmam o seu pertencimento ao espaço urbano. Nos três monumentos percebemos a formação discursiva religiosa atravessa a maneira pela qual os sujeitos se percebem e se significam nas Missões. As crenças e valores católicos incorporados pelas representações de Sepé Tiaraju celebram um modo específico de sujeito, de memória, de sentidos aceitos em dada conjuntura e os monumentos reforçam determinadas práticas, interferindo significativamente na percepção da “realidade” dos sujeitos que vivem na região das Missões. Além disso, observamos a ocorrência embora o discurso sobre Sepé Tiaraju tenha a intenção de se “vender” como resistência, ele não deixa de estar vinculado a um espaço institucional que produz discurso em uma rede horizontal de estabilização e sedimentação de dizeres. Tudo se passa no nível da formulação e não se atinge o nível da constituição do sentido. Parafraseando Orlandi (2005) o monumento produz mais do mesmo, e não a mudança.

Por fim, nossa pesquisa impôs uma série de desafios, mas sem dúvida, escolher *o que* vamos contar e *como* vamos contar, foi o mais penoso. A complexidade que a linguagem comporta nos permitiria criar uma variedade de recortes sobre nosso objeto, e sob esse guarda-chuva teórico-metodológico da Análise de Discurso, visitar tantos outros elementos que se somam ao imaginário das Missões e estão

relacionados a Sepé Tiaraju e o legado linguístico e cultural Mbyá-guarani.

Na perspectiva em que nos situamos, as palavras finais nunca são finais, mas funcionam como reticências, pois o discurso é um processo de se constituem pela falta, pelos sentidos-outros, pelo possível, por aquilo que não foi escolhido, mas está lá.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos**. Editorial Presença, Lisboa, 1970.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sepé, Tiaraju**: o índio, o homem, o herói. Brasília, Edições Câmara, n. 2, p. 60, 2010. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/4384>. Acesso em 20 de nov. 2023.
- CERVO, L. M. A língua, os museus e os espelhos. **RUA**. n. 21. V. 2, p. 363 – 380. ISSN 1413-2109. Jun. 2015. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em 20 de nov. 2023.
- COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**. jun. 2016, p. 14 – 35.
*Referência indisponível.
- COURTINE, Jean-Jacques. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. **Polifonia**, v. 12. n. 2, 2006, p. 1 -13. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1067>. Acesso em 20 de nov. 2023.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **Organon**. V. 17, n. 35, 2003, p.189-200. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30023/0>. Acesso em 20 de nov. 2023.
- FERREIRA, M. C. L. Linguagem, Ideologia e Psicanálise (Langage, idéologie et psychanalyse). **Estudos da Língua(gem)**, v. 1, n. 1, p. 69-75, 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/979>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**. Porto Alegre, v. 24, n. 48, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- FIGUEIREDO, Osório Santana. **Vida e morte de Sepé Tiaraju**. São Gabriel, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 24 ed. – São Paulo: Edição Loyola, 2014.
- GOLIN, Tau. **A Expedição**: imaginário artístico na conquista militar dos sete povos jesuítas e guaranis. – Porto Alegre: Sulina, 1997.
- GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha. – São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- GOLIN, Tau. A relação de povoamento do Brasil meridional com as sociedades

indígenas é um processo etnocida. Entrevista in: IHU – INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Sepé Tiaraju, 250 anos depois**. ed.1, São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.68 – 74. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/sepe-tiaraju-250-anos-depois> . Acesso em 20 de nov. 2023.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de leitura: da leitura no discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.

HENRY, Paul. Apêndice: sentido, sujeito, origem. In: ORLANDI, Eni, P. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes Editores, 1993.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In.: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethania Mariani et. al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em Análise de Discurso. In: Indursky, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Orgs). **Discurso, memória e identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

INDURSKY, Freda. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. **ALEA: estudos neolatinos**. Rio de Janeiro, RJ. v. 2, n. 2, set. 2000, p. 17 – 26. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/249225>. Acesso em 20 de set. 2023.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org). **Memória e história na/da Análise de Discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p.67-89.

INDURSKY, Freda. **Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?** Anais do SEAD, UFRGS, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>. Acesso em 15/05/23.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**. Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30020>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INDURSKY, Freda. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Signo e Señá**. Buenos Aires, n. 24, p. 91-104, dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>. Acesso em 20 de nov. 2023.

KARAM BRUM, Ceres, C. Esta terra tem dono: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul. **Revista Antropológicas**. v. 18, p. 215 – 236, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23707/19363> . Acesso em 25 de junho. 2022.

KARAM BRUM, Ceres. O mito de Sepé Tiaraju: etnografia de uma comemoração

Redes: Revista do Desenvolvimento Regional. v. 12, n. 3, set-dez, 2007, p. 5 – 20. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056856001.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2023.

LIEBGOTT, Roberto Antonio; BONIN, Tatiana. **Entrevista concedida à revista IHU Online**. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3243-roberto-antonio-liebgott-e-iara-tatiana-bonin>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. 7. ed. (revista). Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOS, Marilene Aparecida. **Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira - SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens**. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637569>. Acesso em: 16 dez. 2023.

MAEDER, Ernesto. A dinâmica das populações reducionais. In: **IHU: Revista do Instituto Humanitas, Unisinos**. A experiência missioneira: cultura, território e identidade. ed. p. 348 - . 25 de out., 2010, p. 5 – 6. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao348.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2023.

MARCH de,. D. M.; SILVA, J. B. da; DEZORDI, E. **Patrimônio, turismo, práticas culturais e identidades na região das Missões no Rio Grande do Sul**. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 9, n. 3[13], p. 147–156, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8641297>. Acesso em: 14 set. 2023.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje; tradução Eni, P. Orlandi**. – Campinas: Pontes, 2003.

PUGLIERI, Thiago Sevilhano et al. O Museu das Missões: os processos do patrimônio e a comunidade envolvente. In: Estudos interdisciplinares em patrimônio jesuítico-guarani. In: **O Museu das Missões: os processos do patrimônio e a comunidade envolvente**. Pelotas: Editora da UFPel, 2020. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6476>. Acesso em 20 de nov. 2023.

MELIÁ, Bartolomeu. Missão jesuítica, uma experiência de contato. In: **IHU: Revista do Instituto Humanitas, Unisinos**. A experiência missioneira: cultura, território e identidade. ed. 348, 25 de out. 2010, p. 7 – 9. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao348.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2023.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 23 jul. 2023.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed.

Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni. P. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **RUA**. Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>. Acesso em 15 dez. 2023.

ORLANDI, Eni, P. **Língua e conhecimento linguístico**. Para uma História das Idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni. P. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: ORLANDI, E. P. **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, RG, p. 11- 42, 2010.

ORLANDI, Eni. P. **Discursos e Museus**: da memória e do esquecimento. Entremeios. Pouso Alegre/MG, vol. 9, p. 1-8, jul., 2014.

ORLANDI, Eni, P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. – São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni, P. **Terra à vista!** Discurso do confronto: Velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

ORLANDI, P. Eni. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. - Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni, P. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas, SP, Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni, P. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2ª edição, 2017.
ORLANDI, Eni, P.

ORLANDI, Eni, P. Quando a falha fala: materialidade, sujeito, sentido. In: ORLANDI, Eni, P. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 69 – 82.

ORLANDI, Eni, P. A casa e a rua: uma relação política e social. In: ORLANDI, Eni, P. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 199 – 212.

ORLANDI. Eni. P. **Ler a cidade**: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni P. Para uma enciclopédia da cidade. Campinas: Pontes; Labeurb/Unicamp, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PAUL, Henry. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª. ed.

Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 11 – 38.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: autalização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 251 – 279.

GUILHAUMOU, Jacques. MALDIDIÉ, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo**: experimentações em análise do discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

Pêcheux, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

Pêcheux, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

Pêcheux, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP: 4. ed. – Pontes Editores, 2016.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: Verli Petri; Cristiane Dias. (Org.) **Análise de discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria, RS: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013. v. 1, p. 39 – 48.

RASIA, G. dos S. O esquecimento/apagamento como avesso constitutivo no (per)curso da memória discursiva: o (o)caso de Monumentos. **Caderno De Letras**. (41), 2021. p. 199 -214, . Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/21534>. Acesso em 20 de set. de 2023.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 28.ed. – São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHERER, Amanda Eloina. Os limites do real da língua e da história: do Plano das Ideias ao Plano Teórico (Apresentação). **Fragmentum**. Santa Maria, n. 31, p. 1-3, out./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11194>. Acesso em 20 de nov. 2023.

SCHERER, Amanda Eloina; TASCETTO, Tania Regina. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguístico-discursivos. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, n. 1, p. 119-123, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/985>. Acesso em 20 de nov. 2023.

SCHNEIDERS, Caroline M. **Serafim da Silva Neto**: entre a constituição e a circulação do conhecimento linguístico. 2014. 218 f. Tese de Doutorado em Letras,

UFSM, Santa Maria, RS, 2014a. Disponível em:
<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3988>. Acesso em 20 de nov. 2023.

SCHNEIDERS, Caroline Mallmann. Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. **Conexão Letras**. Santa Maria, v. 9, n 11, 2014b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55144>. Acesso em 20 de nov. 2023.

SEPÉ, Tiaraju. **Comitê do Ano de Sepé Tiaraju** (org.) 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.14. Disponível em:
<https://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/sepe-tiaraju-250-anos-depois> . Acesso em 8 de jan., 2023.

SILVA, J. B. Da; CANABARRO, I. dos S. Decolonialidade e resistência nos processos culturais, de fé e de cura na região das Missões do Rio Grande do Sul. **Fronteiras**. 23(42), p. 41– 60, 2021. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/15796>. Acesso em 20 de nov. 2023.

SOUZA, Fabio Rodrigo Malikoski de. **A arte e a arquitetura nas Ruínas Jesuíticas como patrimônio cultural brasileiro**: a apropriação destes espaços de memória e identidade no discurso nacionalista do Brasil. Tese de Doutorado, UNILA, Foz do Iguaçu, PR. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5067>. Acesso em 12 de maio de 2023.

TEIXEIRA, Maria Claudia. A memória e a história a partir de museus e da constituição de arquivos em torno do espaço urbano. **Revista Estudos Linguísticos**. São Paulo, n. 46, v. 03, 2017, p. 932 – 947. Disponível em:
<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1636>. Acesso em 20 de nov. 2023.

VENTURINI, Maria Cleci. História e memória em (dis)curso. Fernando Catroga e a poética da ausência. **Interfaces**. Guarapuava, v. 08, Edição Especial, 2017, p. 127 – 145. Disponível em:
https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewFile/5261/3645 . Acesso em 20 de nov. 2023.

VENTURINI, Maria Cleci; TEIXEIRA, Maria Claudia; GUERRA, Elenir; VENTURINI, Aline. Contradições e antagonismos no discurso sobre a derrubada de estátuas. In: SOUZA, Antonio Escandiel; ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares; JUNGES, Fábio Cesar (org). **Discurso e sociedade**: a linguagem em diferentes perspectivas. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 19 – 36.

VENTURINI, Maria Cleci; TEIXEIRA, Maria Claudia; Tafuri, Leandro (org). **Museus, arquivos, patrimônio e espaço humano em (dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

VENTURINI, Maria Cleci. Discussões sobre história e memória na Análise de Discurso e na História. In: ZANDWAIS, Ana; RASIA, Gesualda dos Santos (org). **Relações entre discurso e memória**. Campinas: Mercado de Letras, 2021. p. 161 –

186.

VENTURINI, Maria Cleci. Rememoração/Comemoração no Discurso Urbano. **RUA**. n. 15. v.1, 2009, p. 72 – 89. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/capaArtigo.rua?id=71>. Acesso em 20 de nov. 2023.

VENTURINI, Maria, C. **Rememoração/comemoração**: prática discursiva de constituição de um imaginário. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Letras (UFSM), 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3952?show=full>. Acesso em 12 de jul, 2022.

VENTURINI, Sérgio. **Inhacurutum e os guaranis no território Missões**. Porto Alegre: Edigal; Exclamação, 2016.

WILDE, G. Interpretações históricas e atuais da experiência jesuítica. In: **IHU, Instituto Humanitas, Unisinos**. A experiência missioneira: cultura, território e identidade. ed. 348. 25 de out. 2010. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao348.pdf> . Acesso em: 25 de março de 2023.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**. v. 12 n. 18, 2017, p. 63 – 71. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79457> . Acesso em 20 de nov. 2023.

ANEXO A

Poema “Sepé Tiaraju” de Alci José de Vargas Cheuiche

O olhar perdido ao longe
pelas coxilhas do tempo.
Os cabelos pelos ombros,
do negro da noite longa,
onde brilha seu lunar.

Lunar riscado na testa,
como marca de um destino
que um dia se vai cumprir.
O torso nu, ofegante,
sorvendo o ar transparente.
Os pés chantados na terra
que defendeu numa guerra
como cultivou na paz.

Quem é esse índio triste?
Esse Sepé ainda existe
no sangue de todos nós?
Esse índio de alma leve
como o vô do barreiro
que carrega o dia inteiro
o barro pra um novo lar?

Esse que olha o presente
, lá do fundo do passado,
é o derradeiro soldado
de um sonho de liberdade.
Morreu o filho dos Tapes,

ante a espada lusitana,
ante o arcabuz de Castela,
sob a cruz do Nazareno,

num dia de fevereiro
que o tempo não apagou.

E morreu porque queria
ver seus irmãos guaranis
dedilhando os instrumentos
de música e de trabalho,
livres na terra onde um dia
o jesuíta os encontrou.

Foi por isso que lutou
nosso Sepé Tiaraju,
caindo de lança em punho
junto a milhares de irmãos
que ergueram suas mãos

numa fronteira de sangue,
numa fronteira de idéias,
à outra filosofia
que afinal triunfou.

Morreu o jovem cacique
Sepé, o filho do tempo,
mas voltou junto com o vento,
na chama que renasceu
e que nunca se apagou.
Pois o povo que julgou
a nobreza no martírio,
sem consultar a Igreja,
um dia o santificou.

E da Cruz do Batovi
o índio santificado,
cabelos soltos ao vento,
olhar perdido ao longe
, pelas coxilhas do tempo,
para toda a eternidade,
volta da lenda campeira,
lunar brilhando na testa,
para guiar as consciências,

cada vez, que nesta terra
se luta por liberdade.

ANEXO B

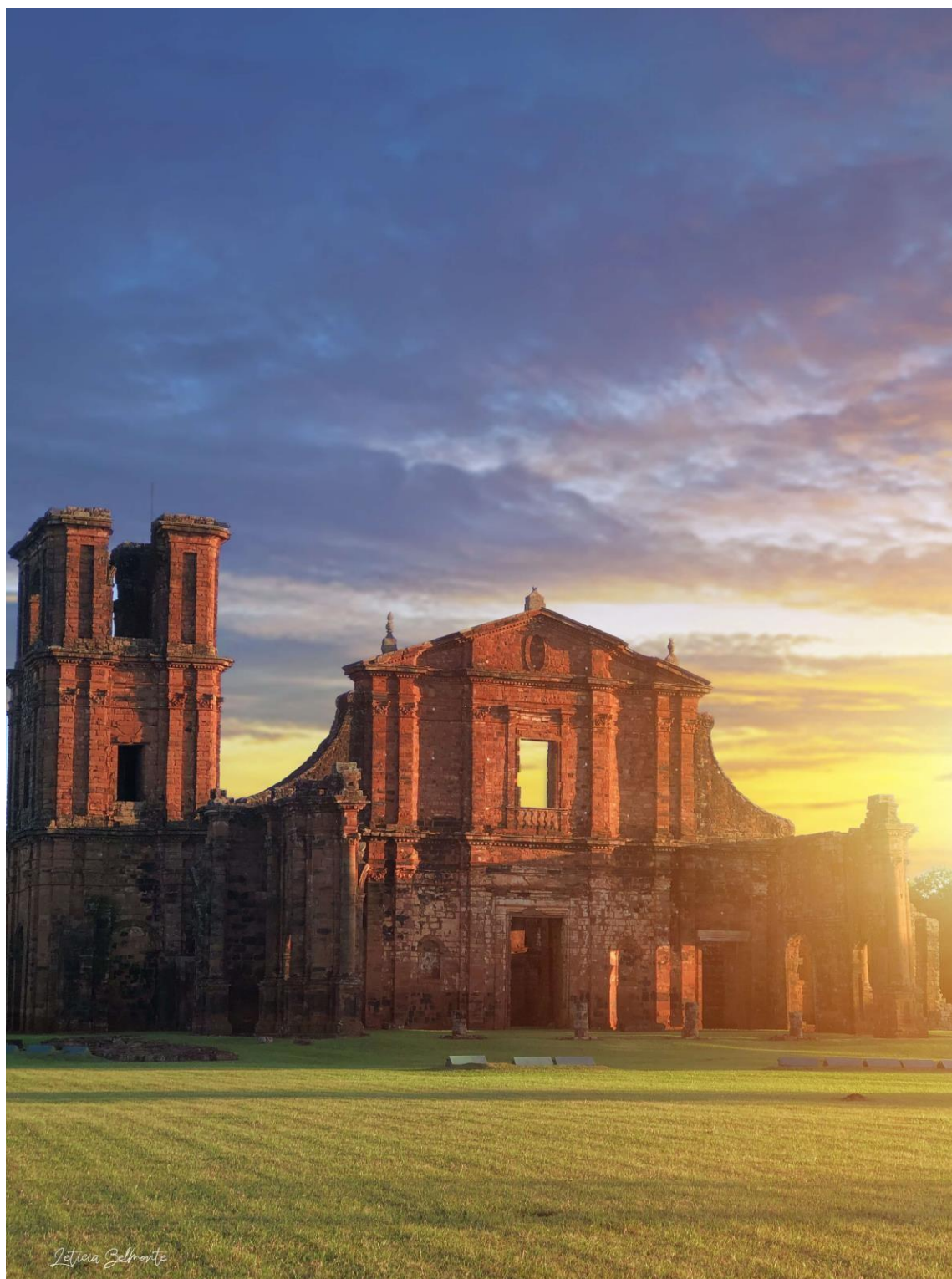
Espectáculo Som e Luz no Sítio Arquelógico de São Miguel das Missões



Espectáculo Som e Luz – imagem disponível em:
<https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/412/espeticulo-de-som-e-luz.html>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

ANEXO C

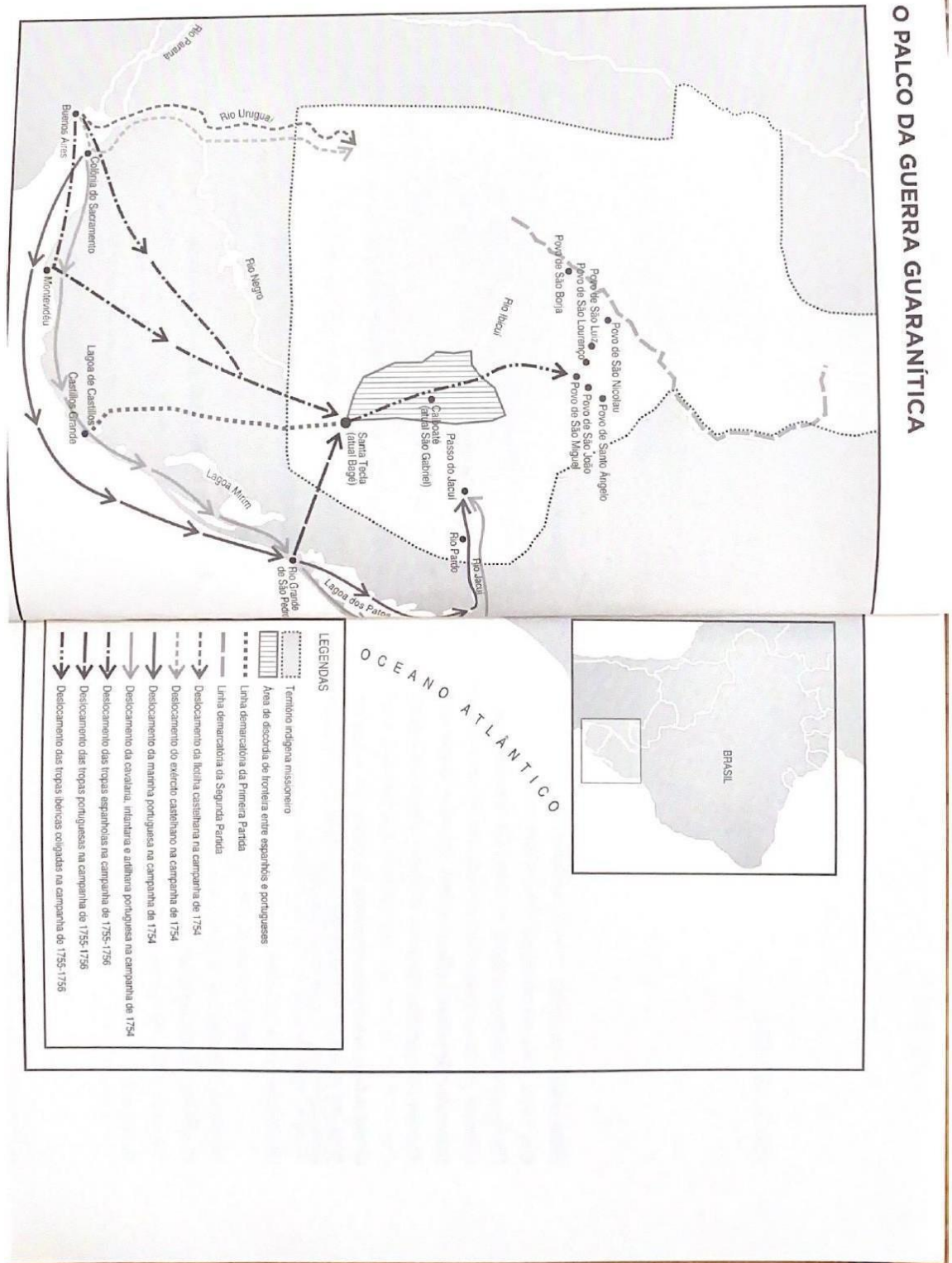
Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo



Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo – foto disponível em:
[https://www.saomiguel.rs.gov.br/site/conteudos/3696-informacoes-turisticas#fotos\[0\]/1/](https://www.saomiguel.rs.gov.br/site/conteudos/3696-informacoes-turisticas#fotos[0]/1/). Acesso em
20 de outubro de 2023.

ANEXO D

Mapa dos Sete Povos das Missões



ANEXO E

Painel da Epopéia do Rio Grande do Sul com a representação de Sepé e a inscrição “Esta Terra Tem dono”

Parte do painel Epopéia Rio-grandense, Missioneira e Farroupilha, no centro de Porto Alegre

- Pintura: Danúbio Gonçalves. Imagem disponível em:

<https://www.brasildefatores.com.br/2023/02/06/cronica-sao-sepe-tiaraju-o-martir-gaucho-que-vive-cavalgando-nos-ceus>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

ANEXO F

Festa religiosa em São Gabriel (RS) em homenagem a Sepé Tiaraju



Festa religiosa em homenagem a Sepé Tiaraju ao redor do monumento da Batalha de Caiboaté (São Gabriel-RS, 7 fev. 1978). / Crédito: Maria Helena Brancher.

Imagem disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/festa-religiosa-em-homenagem-sepe-tiaraju-ao-redor-do-monumento-da-batalha-de-caiboate-sao-gabriel-rs-7-fev-1978-credito-maria-helena-brancher>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

ANEXO G**Poema “O lunar de Sepé” de Simões Lopes Neto**

Eram armas de Castela
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham,
Dizendo, por nosso bem:
Mas quem faz gemer a terra...
Em nome da paz não vem!

Mandaram por serra acima
Espantar os corações;
Que os Reis Vizinhos queriam
Acabar com as Missões,
Entre espadas e mosquetes,
Entre lanças e canhões!...

Dum sangue dum grão-Cacique
Nasceu um dia um menino,
Trazendo um lunar na testa,
Que era bem pequenino:
Mas era um cruzeiro feito
Como um emblema divino!...

E aprendeu as letras feitas
Pelos padres, na escrita;
E tinha por penitência
Que a sua própria figura
De dia, era igual às outras...
E diferente, em noite escura!...

Diferente em noite escura,
Pelo lunar do seu rosto,
Que se tornava visível
Apenas o sol era posto;
Assim era Tiaraiú,
Chamado Sepé, por gosto.

Cresceu em sabedoria
E mando dos povos seus;
Os padres o instruíram
Para o serviço de Deus,
E conhecer a defesa
Contra os males dos ateus...

Era moço e vigoroso,
E mui valente guerreiro:
Sabia mandar manobras
Ou no campo ou no terreiro;
E na cruzada dos perigos
Sempre andava de primeiro.

E tudo isso aprendia;
E tudo já melhorava,
Sepé-Tiaraiú, chefe
Que os Sete Povos mandava,
Escutado pelos padres,
Que cada qual consultava.

E quando a guerra chegou
Por ordem dos Reis de além,
O lunar do moço índio
Brilhou de dia também,
Para que os povos vissem
Que Deus lhe queria bem...

Era a lomba da defesa,
Nas coxilhas de Ibagé,
Cacique muito matreiro
Que nunca mudou de fé:
Cavalo deu a ninguém...
E a ninguém deixou de a pé...

Os mosquetes estrondeiam
Sobre a gente ignorada,
Que, acima do seu espanto,
Tem a vida decepada...;
E colubrinas maiores
Fazem maior matinada!...

A dor entrava nas carnes...
Na alma, a negra tristeza
Dos guerreiros de Tiaraiú,
Que pelejavam defesa,
Porque o lunar divino
Mandava aquela proeza...

E já rodavam ginetes
Sobre os corpos dos infantes
Das Sete Santas Missões,
Que pareciam gigantes!...

Na peleja tão sozinhos...
Na morte tão confiantes!...

Mas o lunar de Sepé
Era o rastro procurado
Pelos vassalos dos Reis,
Que o haviam condenado...
Ficando o povo vencido...
E seu haver... conquistado!

Então, Sepé foi erguido
Pela mão de Deus-Senhor,
Que lhe marcara na testa
O sinal do seu penhor!
O corpo, ficou na terra...
A alma, subiu em flor!...

E, subindo para as nuvens,
Mandou aos povos benção!
Que mandava o Deus-Senhor
Por meio do seu clarão...
E o lunar na sua testa
Tomou no céu posição...

Eram armas de Castela
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham,
Dizendo, por nosso bem...
Sepé-Tiaraiú ficou santo
Amém! Amém! Amém!..

Fonte: João Simões Lopes Neto. Contos Gauchescos e Lendas do Sul, Casos do Romualdo. Edição preparada por Lígia Chiappini. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

ANEXO H

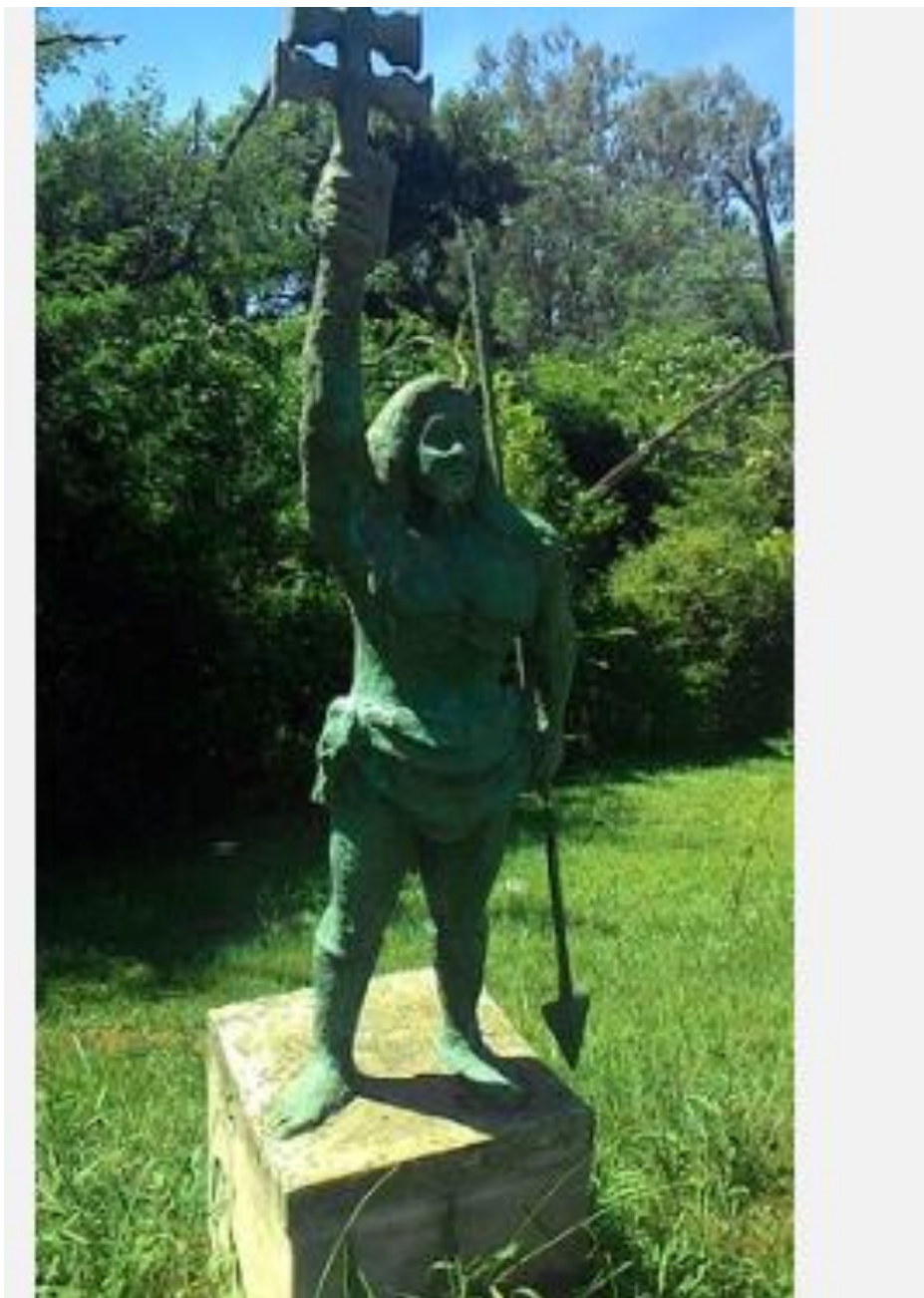
Placa em São Gabriel que demarca o lugar da morte de Sepé Tiaraju



Fonte: Local onde tombou o lendário Sepé Tiarajú (leandro_zardo, jan 2017) São Gabriel. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2344290-i238963244-Sao_Gabriel_State_of_Rio_Grande_do_Sul.html Acesso em: 20 de nov de 2023.

ANEXO I

Monumento em homenagem a Sepé, em São Gabriel (RS)



Fonte: Monumento em homenagem a Sepé Tiarajú. (leandro_zardo, jan 2017) São Gabriel. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2344290-i238963372-Sao_Gabriel_State_of_Rio_Grande_do_Sul.html#238963372 Acesso em 20 de novembro de 2023.

ANEXO J

Monumento vandalizado em São Gabriel (RS)



Fonte: Monumento em homenagem a Sepé Tiaraju vandalizado em São Gabriel (RS). Imagem disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=764436715686893&set=pcb.764436765686888&locale=hi-IN> Acesso em 20 de novembro de 2023.

ANEXO K

Cruz que indica a batalha de Caiboaté em São Gabriel, RS



Fonte: A cruz em alvenaria de cinco metros de altura, que substituiu a antiga cruz de toras de madeiras assentada por padres jesuítas é um marco que identifica o local da sangrenta Batalha de Caiboaté no município de São Gabriel – RS. Imagem disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1829/batalha-de-caiboate.html> Acesso em 20 de novembro de 2023.